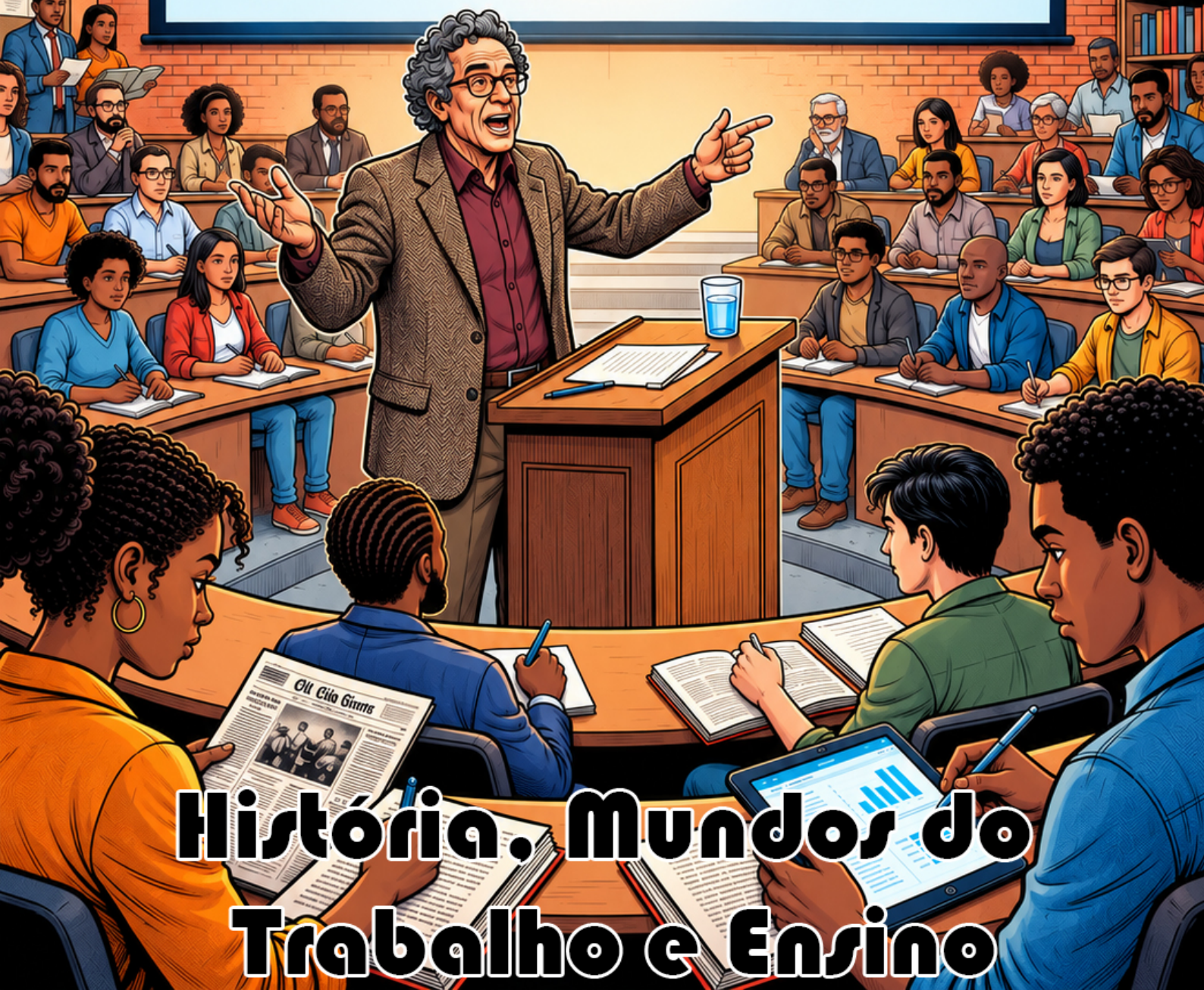


REVISTA Hominum

ed. 33 - Vol 12

issn 2316-4808

outubro / 26



História. Mundos do Trabalho e Ensino

CORPO EDITORIAL

EDITOR-CHEFE: CINTIA RUFINO FRANCO SHINTATE – ESPECIALISTA EM HISTÓRIA(PUCSP), HISTÓRIA, CIÊNCIAS, ENSINO E SOCIEDADE(UFABC) E EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E O MUNDO DO TRABALHO(UFPI).

EDITOR-EXECUTIVO: ARY ALBUQUERQUE CAVALCANTI JUNIOR – DOUTOR & DOCENTE (UFMT)

EDITORAÇÃO: DANIEL GOMES FERNANDES MIRANDA (ESTÁCIO / VIA CORPVS)

PARECERISTAS

ALUIZIA DO NASCIMENTO FREIRE – DOUTORANDA EM HISTÓRIA / UFGD

BRUNA BATISTA FERREIRA – DOUTORANDA EM HISTÓRIA / UFF

CARLA BAUTE – DOUTORANDA EM HISTÓRIA / UNICAMP

GABRIEL JOSÉ BRANDÃO DE SOUZA – DOUTORANDO EM HISTÓRIA / UFRGS

GUILHERME NOGUEIRA MAGALHÃES MUZULON – MESTRADO EM HISTÓRIA / UFGD

JACSON LOPES CALDAS – MESTRE EM HISTÓRIA / UNEB

LIDIANE ÁLVARES MENDES – MESTRADO HISTÓRIA SOCIAL / UFAM

LILIAN SANTOS LACERDA – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO / PUCSP

LISETE BERTOTTO CORRÊA – MESTRE EM EDUCAÇÃO / UFRGS

LUDIMILA DE OLIVEIRA DE AMORIM – DOUTORANDA EM GEOGRAFIA / UFRGS

MAURICIO RIBEIRO DAMACENO – DOUTORANDO EM HISTÓRIA / UFMT

QUEILA PATRÍCIA PEREIRA DE JESUS – MESTRE EM SERVIÇO SOCIAL / UFS

RAPHAEL RIBEIRO MACHADO – DOUTORANDO EM EDUCAÇÃO / UFOP

SILVANA APARECIDA DA SILVA ZANCHETT – DOUTORA EM HISTÓRIA / UFMS

SUELLEN CERQUEIRA DA ANUNCIAÇÃO DE SOUZA – MESTRE EM HISTÓRIA / UFGD

TALITA CUENCA PINA MOREIRA RAMOS – DOUTORA EM RECURSOS NATURAIS / UEMS

TIERRE ORTIZ ANCHIETA – MESTRE EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA / UFSC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
ENSINO DE HISTÓRIA, NOVAS LINGUAGENS E OS MUNDOS DO TRABALHO: por uma aprendizagem significativa e cidadã	7
Luciano Everton Costa Teles e Wanderlene de Freitas Souza Barros	
CARTAS DE LIBERDADE E ENSINO DE HISTÓRIA: possibilidades para o estudo da escravização no Vale do Taquari.....	16
Tamires Xavier Soares	
ENTRE RIOS, CIÊNCIAS E TRADIÇÕES: educação do Campo e os Mundos do Trabalho no interior do Amazonas	23
Paulo Roberto de Freitas Souza	
HISTÓRIA ORAL, TERRITÓRIO E ESCUTA SENSÍVEL: ação integrada do PIBID História e Geografia na EAgrô/UFRR e as interfaces com o ProfHistória.....	30
Eduardo Gomes da Silva Filho e Victória da Silva Lima	
MEMÓRIA, IDENTIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: relato de experiência a partir de um álbum de fotos.....	36
Jimmy Iran dos Santos Melo e Luana Carvalho de Oliveira	
AS MULTIFACETAS DO FAZER-SE DOCENTE: a trajetória de Doquinha, da professora interiorana à presidência sindical.....	42
James da Costa Batista e Sérgio Carvalho de Lima	
ENTRE A DOENÇA E O PROGRESSO: a malária como obstáculo ao mundo do trabalho na Amazônia(1880-1930)	48
Suriel Jullião de Souza Gomes	
O TRABALHO AGRÍCOLA COMO PROJETO DE EXPANSÃO TERRITÓRIAL NOS PRIMEIROS DECRETOS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NACIONAIS (1910-1911)	54
Eduardo Abrantes Gouvea Neto	
IMPRENSA, RESISTÊNCIA E ENSINO DE HISTÓRIA: a Colônia Cearense por meio do Jornal <i>Pátria</i>	61
Daniel Barros de Lima	
AS MENINAS TRABALHADORAS QUE ERAM A BASE ECONÔMICA DE MANAUS APÓS AS ‘FOLIAS DO LÁTEX’	69
Betsy Bell Praia Moraes	

APRESENTAÇÃO

O dossiê que ora apresentamos, "História, Mundos do Trabalho e Ensino", chega em momento particularmente significativo para a reflexão histórica e educacional no Brasil. Em um contexto marcado por reformas curriculares, que buscam esvaziar a criticidade da disciplina histórica, pela crescente precarização das relações de trabalho docente e pelo avanço de narrativas que tentam silenciar vozes subalternas, esta coletânea surge como um esforço intelectual e político de reflexão, resistência e afirmação, sendo fruto de uma construção coletiva do GT Mundos do Trabalho – Seção Amazonas, que reuniu pesquisadores de diferentes instituições e trajetórias em torno de um compromisso comum com a história crítica e socialmente referenciada.

A relevância deste dossiê transcende os muros acadêmicos. Ao articular a História Social do Trabalho com o ensino de História, os textos aqui reunidos nos convidam a (re)pensar não apenas o que ensinamos, mas para quem ensinamos e com quais finalidades. A perspectiva da "História Vista de Baixo", inspirada no legado de E.P. Thompson, atravessa todos os textos, restituindo protagonismo a sujeitos históricos, como os trabalhadores dos seringais, as empregadas domésticas, os professores dos interiores da Amazônia, os povos indígenas, as comunidades ribeirinhas, os estudantes com deficiência e os imigrantes nordestinos, todos, à sua maneira, construindo a própria história.

São essas vozes, muitas vezes silenciadas, que encontram neste dossiê um espaço legítimo de visibilidade e reconhecimento. A diversidade temática e metodológica desta obra é, por si só, um convite à reflexão. Os autores mobilizam um conjunto variado de fontes — cartas de liberdade, processos trabalhistas, jornais operários, álbuns de fotografias, registros censitários, decretos governamentais, relatos orais e produções de inteligência artificial — demonstrando que o ensino de História se constrói na pluralidade de linguagens e no diálogo entre passado, presente e futuro.

O dossiê, a partir dos seus textos, evidencia que o conhecimento histórico não se restringe aos livros didáticos ou às narrativas consagradas, mas se faz também no cotidiano, nas memórias familiares, nos arquivos esquecidos e nas experiências concretas dos sujeitos. As temáticas são atuais e envolvem discussões sobre a precarização do trabalho, a exploração infantil, os direitos trabalhistas, as migrações forçadas, as políticas indigenistas e as reformas educacionais. Ou seja, não são meros temas do passado, pelo contrário, são questões fundamentais que atravessam o nosso presente e desafiam o nosso futuro.

Assim, o artigo de abertura, intitulado "Ensino de História, novas linguagens e os Mundos do Trabalho: por uma aprendizagem significativa e cidadã", de autoria de Luciano Everton Costa Teles e Wanderlene de Freitas Souza Barros, apresenta uma reflexão teórico-metodológica sobre o ensino de História. Os autores partem da constatação da crise do modelo tradicional — baseado na memorização factual e na narrativa dos "grandes vultos" — para defenderem a emergência de novas linguagens pedagógicas ancoradas na História Social do Trabalho. Para isso, a utilização de fontes documentais diversas, como processos trabalhistas, fotografias e jornais operários é essencial, sobretudo para aproximar o conteúdo escolar da experiência concreta dos estudantes. A ideia é conectar o passado das lutas trabalhistas às questões contemporâneas da precarização e da "uberização" do trabalho, reafirmando o compromisso social do ensino de História com a formação cidadã.

O segundo artigo, "Cartas de liberdade e ensino de História: possibilidades para o estudo da escravização no Vale do Taquari", de Tamires Xavier Soares, nos presenteia com um relato de experiência pedagógica sensível e inovador. A partir das cartas de liberdade de pessoas escravizadas do Vale do Taquari, a autora desenvolveu uma atividade com estudantes do 8º ano que articulou história local, criatividade, inclusão e letramento digital. O caminho percorrido envolveu a criação de narrativas fictícias sobre a vida dos indivíduos após a liberdade e a utilização de inteligência artificial para representá-los visualmente. A atividade permitiu que estudantes com diferentes níveis de alfabetização participassem ativamente, valorizando a oralidade e a imaginação. Mais do que isso, Soares rompe com a "história única" que frequentemente associa a região do Vale do Taquari apenas à herança germânica, evidenciando a presença significativa da população africana e afrodescendente na formação local.

Paulo Roberto de Freitas Souza, no artigo "Entre rios, ciências e tradições: Educação do Campo e os Mundos do Trabalho no interior do Amazonas", aborda uma realidade muitas vezes invisibilizada: a Educação do Campo no estado do Amazonas. O artigo parte do reconhecimento da pluralidade sociocultural do campo amazonense — ribeirinhos, indígenas, quilombolas, extrativistas — para defender uma prática pedagógica que dialogue com os saberes tradicionais e as especificidades geográficas da região. O autor lança mão da análise normativa articulada a dados do Censo Escolar e à reflexão sobre a Pedagogia da Alternância. Seu estudo aponta para a necessidade de uma escola territorializada, que respeite os tempos das águas e as dinâmicas produtivas locais.

O quarto artigo, "História oral, território e escuta sensível: ação integrada do PIBID História e Geografia na EAgro/UFRR e as interfaces com o ProfHistória", de Eduardo Gomes da Silva Filho e Victória da Silva Lima, apresenta um relato de experiência que evidencia a potência da integração entre PIBID História e Geografia na Escola Agrotécnica da UFRR. A atividade envolveu a organização de um minicurso de História Oral como preparação para futuras entrevistas com moradores do Assentamento Nova Amazônia, com ênfase no conceito de "escuta sensível". Os resultados indicam o fortalecimento da interdisciplinaridade, da identidade docente dos pibidianos e da preparação metodológica para o trabalho com fontes orais. Os autores demonstram como o PIBID e o ProfHistória podem dialogar, valorizando o professor como pesquisador de sua própria prática.

"Memória, identidade e inclusão no ensino de História: relato de experiência a partir de um álbum de fotos", de Jimmy Iran dos Santos Melo e Luana Carvalho de Oliveira, nos oferece um importante relato. A atividade, desenvolvida com uma estudante com deficiência no Colégio de Aplicação da UFRR, consistiu na produção de um "livro da sua história" em formato de álbum de fotos. A metodologia, aparentemente simples, revelou-se sumamente importante: a estudante, com apoio familiar, selecionou fotografias de momentos felizes, construindo uma narrativa visual de memória, afeto e pertencimento. Essa ação pedagógica, destacada pelos autores, foi além da aprendizagem histórica, pois fortaleceu a autoestima da estudante, ampliou a participação familiar no processo educativo e permitiu que a escola reconhecesse sua história como fonte legítima de conhecimento histórico.

O sexto artigo, "As multifacetadas do fazer-se docente: a trajetória de Doquinha, da professora interiorana à presidência sindical", de James da Costa Batista e Sérgio Carvalho de Lima, realiza uma contribuição fundamental para a história do trabalho docente na Amazônia. A partir da trajetória biográfica da professora Raimunda Gomes (Doquinha), os autores evidenciam as múltiplas dimensões do fazer-se docente, quais sejam: as experiências familiares e interioranas, a intensa jornada de trabalho, a maternidade solo e a militância sindical. Centrados na história oral e na análise biográfica, os autores explicitam como a identidade do trabalhador da educação se constrói para além da sala de aula, nas lutas por melhores condições de trabalho e na participação em movimentos sociais. A greve de 2005, liderada por Doquinha, é analisada como um momento de formação política e sindical, demonstrando que a experiência docente é atravessada por conflitos, negociações e resistência.

Já Suriel Jullião de Souza Gomes, no artigo "Entre a doença e o progresso: a malária como obstáculo ao mundo do trabalho na Amazônia (1880-1930)", aborda a relação entre doenças tropicais e produtividade econômica durante a economia gomífera. O autor envolveu-se em análises de periódicos da época e de bibliografia especializada, com o intuito de atestar como a malária constituiu um obstáculo não apenas médico, mas econômico à consolidação da economia da borracha, evidenciando as precárias condições de vida e trabalho nos seringais, o impacto da doença sobre a força de trabalho e as respostas sanitárias formuladas por instituições, como o Instituto Oswaldo Cruz e a Fundação Rockefeller. Gomes estabelece conexões entre passado e presente, demonstrando que temas como endemias, migrações e sociedades ribeirinhas permanecem atuais, e propõe o uso dessa temática no ensino de História como ferramenta para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender as relações entre saúde, trabalho e desenvolvimento.

O oitavo artigo, intitulado "O trabalho agrícola como projeto de expansão territorial nos primeiros decretos do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (1910-1911)", de Eduardo Abrantes Gouvea Neto, realiza uma análise minuciosa dos primeiros regulamentos do SPILTN, desvelando como o trabalho foi institucionalizado como ferramenta de "assistência" e "integração" forçada das populações indígenas. A metodologia comparativa e qualitativa da legislação revela que a "autonomia" dos trabalhadores estava condicionada à produtividade e à disciplina, servindo como mecanismo para expandir fronteiras econômicas. Nesse sentido, Gouvea Neto demonstra como esses decretos podem ser utilizados em sala de aula para desconstruir visões eurocêntricas sobre o trabalho, evidenciando o protagonismo indígena no projeto estatal de expansão territorial e revelando práticas de apagamento e integração passiva.

Daniel Barros de Lima, no artigo "Imprensa, resistência e ensino de História: a Colônia Cearense por meio do jornal *Pátria*", recupera a trajetória do jornal *Pátria* (1898-1899), órgão da colônia cearense em Manaus, como espaço de resistência e afirmação identitária. Ancorada na "História Vista de Baixo" e na análise das representações, o autor expõe como o periódico denunciou a exploração do sistema de aviamento nos seringais e construiu um discurso de solidariedade entre os migrantes nordestinos, salientando a agência dos trabalhadores historicamente silenciados pelas narrativas oficiais. Lima demonstra como o *Pátria* operou como contraponto à grande imprensa, expondo as contradições da "modernidade" manauara financiada pela exploração do trabalho e propõe o uso do periódico como recurso pedagógico para desconstruir narrativas tradicionais e humanizar o ensino de

História, devolvendo ao seringueiro o status de sujeito histórico ativo que denuncia, resiste e reivindica seus direitos, e estimulando os estudantes a compreenderem a imprensa como campo de disputas e representações.

Por fim, Betsy Bell Praia Moraes, com o artigo "As meninas trabalhadoras que eram a base econômica de Manaus após as 'folias do látex'", fecha o dossiê com uma contribuição instigante e necessária sobre a exploração infantil racializada na Manaus pós-auge da borracha. A partir da análise interseccional (gênero, raça, classe, idade) e empregando fontes primárias, como censos e jornais, a autora aponta como meninas indígenas, caboclas, negras e mestiças constituíram o "núcleo invisível" do trabalho doméstico, do comércio ambulante e dos serviços informais que sustentaram a cidade em crise, demonstrando como o Estado e a imprensa silenciaram ou enquadraram moralmente essas trabalhadoras, tornando-as invisíveis precisamente porque sua visibilidade colocaria em xeque a ordem social que as explorava. Moraes propõe que essa temática seja levada à sala de aula, promovendo reflexões sobre trabalho, direitos, gênero e raça, e contribuindo para a formação de uma cidadania crítica e consciente, capaz de reconhecer e combater as desigualdades estruturais que ainda persistem em nossa sociedade.

Enfim, este dossiê, com sua pluralidade temática e metodológica, intenta contribuir para o debate sobre o ensino de História e os Mundos do Trabalho no Brasil. Sendo assim, convidamos a todos a lerem os textos aqui presentes e brevemente apresentados, com olhar atento e crítico.

Boa leitura!

Luciano Everton Costa Teles
Wanderlene Freitas de Souza Barros
Betsy Bell Praia Moraes
Mariza da Silva Freitas

**ENSINO DE HISTÓRIA, NOVAS LINGUAGENS E OS MUNDOS DO TRABALHO:
por uma aprendizagem significativa e cidadã**

Luciano Everton Costa Teles

Doutor em História (PPGH/UFRGS)

Professor do curso de História da Universidade do Estado do Amazonas/CEST

lcteles@uea.edu.br

Wanderlene de Freitas Souza Barros

Doutora em História Social (PPGH/UFAM)

wbarros.history@gmail.com

Resumo:

O ensino de História tradicional, pautado pela memorização de fatos e pela narrativa dos grandes vultos, tem se mostrado cada vez mais distante da realidade dos estudantes e insuficiente para promover uma formação crítica e cidadã. Este artigo defende a emergência de novas linguagens e abordagens pedagógicas que aproximem o ensino da experiência dos alunos, utilizando como eixo central a temática dos "mundos do trabalho". A partir da análise da História Social do Trabalho e do uso de fontes documentais diversas, argumenta-se que a inserção da trajetória dos trabalhadores e suas lutas por direitos no currículo escolar não apenas torna o aprendizado mais significativo, mas também resgata o compromisso social do ensino de História com a formação para a cidadania, em especial em um contexto de avanço neoliberal e reformas curriculares que tendem a esvaziar a criticidade da disciplina.

Palavras-chave: Ensino de História; Mundos do Trabalho; Novas Linguagens.

Abstract:

Traditional History teaching, focused on memorizing facts and the stories of great figures, has increasingly proven to be disconnected from students' realities and insufficient for fostering critical and civic education. This article argues for the emergence of new languages and teaching approaches that bring learning closer to students' experiences, using the theme of 'worlds of work' as a central axis. Based on the analysis of Social History of Labor and the use of various documentary sources, it is argued that including workers' life paths and their struggles for rights in the school curriculum not only makes learning more meaningful but also restores the social commitment of History education to citizenship formation, especially in a context of neoliberal advances and curricular reforms that tend to drain the critical aspect of the subject.

Keywords: History Teaching; Worlds of Work; New Languages.

Introdução

O ensino de História no Brasil, em sua concepção tradicional, consolidou-se como um espaço de transmissão de uma narrativa oficial, frequentemente centrada em personagens

tidos como heróis, batalhas e marcos políticos nacionais, e geralmente desconectada da vida cotidiana dos alunos. Essa abordagem, ao priorizar a memorização de conteúdos e a cronologia de "grandes acontecimentos", acaba limitando o desenvolvimento do pensamento crítico e a capacidade dos estudantes de se perceberem como sujeitos históricos (Oliveira *et. al.*, 2024).

Contudo, as últimas décadas testemunharam uma renovação historiográfica e didática significativa. A emergência da História Vista de Baixo, influenciada por autores como E.P. Thompson (2012), e a consolidação de campos como a História Social do Trabalho, ofereceram novos objetos, sujeitos e abordagens para a pesquisa e o ensino de História. Paralelamente, a necessidade de tornar o ensino mais atraente e significativo para as novas gerações, imersas em um universo de linguagens digitais e visuais, exige a superação do modelo expositivo tradicional e a adoção de fontes e metodologias diversificadas.

Este artigo propõe uma reflexão sobre a interseção entre duas frentes: a adoção de novas linguagens pedagógicas e a incorporação da temática dos mundos do trabalho no ensino de História. Argumenta-se que o ensino, ao aproximar-se da realidade do aluno e utilizar fontes diversas, promove uma aprendizagem significativa e, ao fazê-lo com o foco nas lutas dos trabalhadores, cumpre seu papel formativo para a cidadania.

A crise do ensino tradicional e a emergência de novas linguagens

O modelo tradicional de ensino de História, baseado na cronologia linear e na narrativa política, cria uma barreira entre o conhecimento histórico e a vida do estudante. Muitas vezes, o conteúdo parece pertencer a um universo distante e sem conexão com os problemas contemporâneos e a realidade mais imediata do estudante, o que contribui para o desinteresse e a evasão escolar, especialmente entre as camadas populares. Essa abordagem, ao negligenciar a experiência dos sujeitos, coloca aqueles que, por diferentes motivos, não tiveram acesso pleno à educação formal em um lugar de fracasso e inferioridade, em vez de valorizar seus saberes e vivências.

A emergência de novas linguagens no ensino busca romper com esse quadro. O uso de fontes históricas diversificadas – como fotografias, charges, processos trabalhistas, músicas, jornais e documentários – torna o aprendizado mais concreto e instigante, permitindo inclusive que o aluno aprenda como o conhecimento histórico e científico é construído pelos historiadores. Além disso, conforme destaca Circe Bittencourt, o uso de documentos no ensino "atenta sobre a importância da preservação dos mesmos, preservação da memória social,

além da compreensão das situações históricas tratadas pelos documentos" (Bittencourt, 2018, p. 333).

Nesse sentido, a fotografia se apresenta como uma ferramenta pedagógica de grande potencial. Como analisa Maria Ciavatta, a fotografia é uma "mediação histórica" que, se analisada em seu contexto de produção, pode revelar muito sobre as relações de trabalho e a vida dos trabalhadores. No entanto, é preciso ir além da aparência, pois "na pesquisa sobre fotografias de trabalho e de trabalhadores no início do século XX no Rio de Janeiro, foi preservada a 'memória oficial' das reformas urbanas de modernização. Os trabalhadores aparecem como objetos" (2012, p. 35). O desafio é, portanto, utilizar a imagem para desvelar a agência dos trabalhadores, sua cultura e suas lutas, que muitas vezes acabam sendo invisibilizadas na memória oficial.

Além das fotografias, os jornais operários são de grande potencial para serem trabalhados em sala de aula, uma vez que trazem informações acerca das condições de trabalho, da organização coletiva dos trabalhadores, do custo de vida, das denúncias e reivindicações sociais, enfim, da luta dos trabalhadores por cidadania e justiça social (Pinheiro e Pinheiro, 2004; Teles, 2018).

Uma experiência concreta e inovadora é a utilização de processos trabalhistas como fonte documental em sala de aula. O Laboratório de História e Memória da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE (LAHM-UFPE/TRT6) desenvolveu um projeto de "Oficinas de História" em que estudantes analisam processos das antigas Juntas de Conciliação e Julgamento de Pernambuco. A documentação da Justiça do Trabalho é riquíssima e possibilita diversos tipos de análise no campo da História Social, pois contém registros de costumes e práticas judiciais e de relatos de trabalhadores, suas reivindicações e experiências de trabalho, que constituem um imenso campo de pesquisas e descobertas (Moraes, 2022, p. 249).

Assim, um exemplo interessante é o caso do trabalhador rural Luiz Henrique Monteiro, que em 1978 processou o patrão por não pagar seus direitos, anexando ao processo fotografias de sua família em frente à casa que o patrão invadiu com a plantação de cana. O historiador Pablo Porfírio (2018) analisa que as fotografias não apenas representavam, mas produziam o acontecimento e tentavam convertê-lo em prova jurídica. O uso deste processo em oficinas permite discutir não apenas a legislação trabalhista, mas também questões como acesso à terra, violência no campo e Ditadura Civil-Militar, conectando o conteúdo à vida de trabalhadores reais. A análise desses documentos permite que os alunos "reflitam sobre os

diversos tipos de trabalho na atualidade e sobre os direitos trabalhistas no Brasil, para perceberem que estarão inseridos no mundo trabalho futuramente, e entendam a importância de conhecer a história referente à conquista desses direitos" (Moraes, 2022, p. 253).

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), através de uma aproximação com órgãos públicos, firmou uma boa parceria de acesso ao arquivo Julia Mourão (TJAM) e o memorial do TRT 11, familiarizando seus graduandos em disciplinas práticas de acesso aos processos e documentos de Justiça e, mesmo os pesquisadores da pós-graduação, revisitando períodos pouco explorados.

Dentre o material extraído, podemos citar os inquéritos envolvendo acidentes de trabalho. A Lei Acidentária (1919), considerada a primeira lei de caráter trabalhista no Brasil, iniciava nos inquéritos as primeiras análises sobre as causas de acidentes. Isso desmistifica o mito da "outorga" – descaracterizando a Era Vargas como o princípio dos direitos trabalhistas. E assim, nos primeiros dias de setembro de 1934, o capataz da empresa de navegação informou o acidente ocorrido no mesmo dia, horas antes. José Pereira, português, 52 anos, analfabeto, viúvo, estivador, residente no Pontal Conde D'Eu, trabalhando no embarque de caixas de borracha para a Praça do Pará, foi apanhado pelas caixas que caíram, justamente sobre suas pernas, fraturando-as. O escrivão tomou por termo as declarações e a investigação prosseguiu (Barros, 2024, p. 87-88).

A construção da história dos trabalhadores, em grande medida, foi feita a contrapelo: por documentos não convencionais do tipo: processos, notas policiais, inquéritos, entre outros. É importante a aproximação do aluno com o trabalho, com os trabalhadores e suas experiências, entendendo que o trabalhador nunca foi uma vítima, mas um protagonista. Fatos como o de José Pereira são conhecidos ou vivenciados por eles através dos familiares e círculos de amizade.

Os Mundos do Trabalho, a História Vista de Baixo e a agência dos trabalhadores

A incorporação da temática dos mundos do trabalho ao ensino de História oferece um caminho privilegiado para aproximar o conteúdo escolar da realidade do aluno. A expressão, utilizada no plural, abarca não apenas o trabalho fabril, mas as múltiplas experiências de trabalhadores urbanos e rurais, suas relações de gênero, raça e etnia, suas formas de lazer e sociabilidade, contemplando a diversidade existente nela.

Essa abordagem permite conectar o passado ao presente de forma direta, pois temas como a precarização, o trabalho digital e a "uberização" são questões urgentes na vida de

muitos estudantes e suas famílias. Ao estudar as lutas históricas dos trabalhadores por direitos, como a jornada de 8 horas, o salário-mínimo e a criação da Justiça do Trabalho, o aluno não apenas compreende a origem de suas garantias atuais, como também pode refletir criticamente sobre os ataques a esses direitos no cenário neoliberal atual, fortalecendo sua consciência histórica.

A abordagem dos mundos do trabalho, quando bem conduzida, alinha-se com a perspectiva da História Vista de Baixo, que busca "resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do 'obsoleto' tear manual, o artesão 'utópico'" (Thompson, 1987, p. 13) da condescendência da história oficial. Essa perspectiva, fundamental na obra de E.P. Thompson, ressalta que os trabalhadores não são meras vítimas passivas das estruturas econômicas, mas sujeitos ativos que constroem suas próprias experiências e cultura, atuando firmemente nos processos históricos ao longo do tempo.

Essa abordagem historiográfica, que surge como crítica à história factual centrada em grandes nomes e heróis, propõe uma inversão de perspectiva: a história deve ser contada a partir dos "de baixo", das pessoas comuns, resgatando suas experiências, suas tradições e suas formas de resistência. Thompson, em sua obra "A Formação da Classe Operária Inglesa" (1987), demonstrou que a classe trabalhadora não nasce "pronta", como resultado de determinações econômicas objetivas, mas é forjada em um longo processo de formação social, política e cultural, a partir das experiências concretas dos sujeitos históricos.

Ensinar História a partir dessa ótica é, portanto, um ato político e pedagógico que valoriza a experiência do aluno e sua comunidade. Ao invés de um ensino que naturaliza a desigualdade, o foco na história dos trabalhadores permite compreender a formação da classe operária como um processo de luta e conquista, e não como uma concessão do Estado ou do patrão.

A dimensão política do ensino de História e os desafios contemporâneos

A inserção da história dos trabalhadores no currículo não é apenas uma questão de atualização de conteúdo, mas um compromisso com a formação cidadã e com a justiça social. Em um contexto de avanço neoliberal e de reformas educacionais como a Base Nacional Comum Curricular/BNCC (2017), que reforçou a lógica da formação baseada em competências e habilidades, excluindo dos currículos escolares debates essenciais sobre desigualdades sociais e lutas trabalhistas, a resistência se dá também na sala de aula.

A BNCC, embora reconheça a importância das relações de trabalho na construção da sociedade brasileira, apresenta uma abordagem que pode ser limitada por fatores como a carga horária reduzida, a falta de formação específica para professores e as influências políticas sobre o currículo. A reforma do Ensino Médio, ao flexibilizar o currículo e reduzir a carga horária de disciplinas como História, compromete a abordagem crítica sobre temas como mundos do trabalho, trabalhadores e a luta por direitos sociais.

Assim, a adoção de novas linguagens e o enfoque na história social são também estratégias de resistência a um modelo educacional que tende a formar mão de obra qualificada e adaptável ao mercado, em detrimento da formação crítica e emancipadora. O uso de fontes como processos trabalhistas, jornais operários e fotografias, resgatando a memória e a agência dos trabalhadores, representa uma contranarrativa à história oficial e ao discurso neoliberal que naturaliza a exploração do trabalho e a desigualdade social.

Considerações finais

A incorporação da história dos trabalhadores e de suas lutas no ensino de História é, portanto, um imperativo pedagógico e político. O uso de novas linguagens, como a análise de processos trabalhistas, fotografias e jornais operários, pode tornar a história mais viva e significativa, permitindo que os estudantes se vejam como parte de um processo histórico mais amplo e assumam-se como sujeitos históricos e de direitos.

Como defende Luiz Carlos Bento, o ensino de História deve "possibilitar a apreensão de conceitos e categorias que permitam os estudantes pensar historicamente o processo de construção histórico-social de seus próprios meios sociais". Essa tarefa é ainda mais urgente diante das reformas educacionais que esvaziam a criticidade da disciplina e das transformações no mundo do trabalho, que precarizam a vida dos trabalhadores.

Ao incluir no currículo as narrativas, as lutas e a agência dos trabalhadores, o ensino de História reafirma seu papel central na construção de uma sociedade mais justa, informada e crítica, onde o passado serve de ferramenta para a transformação do presente. Nesse sentido, a História Vista de Baixo deixa de ser apenas uma corrente historiográfica para se tornar uma prática pedagógica comprometida com a formação de uma cidadania ativa e consciente.

Referências

BARROS, Wanderlene de Freitas Souza; MOURA, Anderson Vieira; ANDES, Pedro Marcos Mansour; QUEIRÓS, Cesar Augusto Bubolz (org.). **As Portas dos Tribunais: os trabalhadores no poder judiciário no norte do país**. Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

BITTENCOURT, Circe Maria. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018.

CIAVATTA, Maria. Mundo do Trabalho em Imagens: Memória, História e Fotografia. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, v. 12, n. 1, p. 33-46, jan./abr. 2012.

MARTINS, Stephane. Considerando a História Vista de Baixo no Ensino de História: Formação Profissional, Currículo e Livro Didático. **Em Tempo de Histórias**, v. 23, n. 43, p. 86-100, 2024.

MORAES, Patrícia Camilla Souza de. Processos Trabalhistas, Memória e História: preservação e utilização de documentos da Justiça do Trabalho no ensino de história. **Revista Espacialidades**, v. 18, n. 1, p. 246-266, 2022.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de; AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do; SILVA, Claudiane Torres da. Mundos do Trabalho e Ensino de História. **História Hoje**, v. 13, n. 27, jan./jun. 2024.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte, PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (orgs). **Imprensa Operária no Amazonas** (Documentos da Amazônia, vol. 1). Manaus: EDUA, 2004.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **O tal de natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses**. Pernambuco, 1963. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 29, 2016, p. 745-766.

TELES, Luciano Everton Costa Teles. **Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)**. Tese de Doutorado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2012.

**CARTAS DE LIBERDADE E ENSINO DE HISTÓRIA:
possibilidades para o estudo da escravização no Vale do Taquari**

Tamires Xavier Soares

Doutora em História (PPGH/UFSM)
Professora da Rede Municipal de Lajeado/RS
tamires.soares@educalajeado.rs.gov.br

Resumo:

Este artigo apresenta uma experiência pedagógica com estudantes do 8º ano, utilizando cartas de liberdade de pessoas escravizadas do Vale do Taquari como fontes históricas. A proposta buscou ampliar a compreensão sobre a história regional, estimular a criatividade e promover a inclusão, permitindo diferentes formas de participação. Os estudantes criaram narrativas sobre a vida dos indivíduos após a liberdade e utilizaram ferramentas de inteligência artificial para representar seus personagens, articulando ensino de História, história local, criatividade e letramento digital.

Palavras-chave: Mundos do Trabalho, Ensino de História, Cartas de Liberdade.

Abstract: This article presents a teaching experience with 8th-grade students, using freedom letters of enslaved people from the Taquari Valley as historical sources. The project aimed to expand understanding of regional history, spark creativity, and promote inclusion, allowing for different forms of participation. The students created stories about the lives of these individuals after gaining freedom and used artificial intelligence tools to represent their characters, bringing together history teaching, local history, creativity, and digital literacy.

Keywords: Worlds of Work, History Teaching, Letters of Freedom.

Introdução

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em seu livro *O perigo de uma única história*, inicia contando sobre sua paixão pela leitura: “Minha mãe diz que comecei a ler aos dois anos de idade, embora eu ache que quatro deva estar mais próximo da verdade. Eu me tornei leitora cedo, e lia livros infantis britânicos e americanos” (Adichie, 2019, p. 11). Eram livros estrangeiros, com histórias diferentes da realidade que vivia na África e personagens predominantemente brancos. Ao conhecer autores africanos, porém, sua percepção mudou:

[...] por causa de escritores como Chinua Achebe e Camara Laye, minha percepção de literatura passou por uma mudança. Percebi que pessoas como eu, meninas com pele cor de chocolate, cujo cabelo crespo não formava um rabo de cavalo, também podiam existir na literatura. Comecei, então, a escrever sobre o que eu reconhecia” (Adichie, 2019, p. 13-14).

Embora os livros estrangeiros ampliassem seus horizontes imaginários, os africanos trouxeram a representatividade e o sentimento de pertencimento ao mundo literário que Adichie até então não conhecia. Em suas palavras, ler autores africanos “salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros” (Adichie, 2019, p. 14).

O relato de Adichie evidencia o perigo de uma história ser vista e contada a partir de apenas um ângulo, ressaltando sempre os mesmos personagens e perspectivas. Durante muito tempo, a historiografia privilegiou nobres famílias, líderes políticos e grupos economicamente dominantes, deixando à margem milhares de pessoas responsáveis pela construção da sociedade. Com as transformações teóricas e metodológicas ocorridas ao longo do século XX, entretanto, a História ampliou seus objetos e sujeitos, passando a valorizar experiências cotidianas e grupos anteriormente pouco contemplados pelas narrativas históricas.

O Vale do Taquari foi marcado por uma composição populacional diversa, formada inicialmente por povos indígenas, posteriormente por colonizadores portugueses, africanos escravizados e, mais tarde, imigrantes alemães e italianos. Embora existam produções sobre essas diferentes presenças, ainda predominam narrativas centradas na imigração europeia, aspecto que também se manifesta no senso comum e em pesquisas rápidas sobre a região, nas quais outras trajetórias permanecem pouco visibilizadas.

Diante dessa lacuna, foram selecionados artigos, fontes históricas, livros e teses para a elaboração de um plano de aula destinado a turmas de 8º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal, localizada no bairro Jardim do Cedro, em Lajeado, Rio Grande do Sul. Considerando a diversidade da comunidade escolar, composta por estudantes de diferentes regiões do estado e do país, além de imigrantes haitianos e venezuelanos, buscou-se estabelecer relações entre o processo de escravização abordado nos livros didáticos, especialmente no Brasil Império, e a realidade histórica local.

A proposta também foi pensada a partir da perspectiva da educação inclusiva, buscando possibilitar a participação de estudantes com diferentes níveis de alfabetização e formas de aprendizagem. Este artigo apresenta a análise dessa experiência pedagógica, desde a contextualização histórica da região até o desenvolvimento da atividade com fontes históricas, produção criativa e utilização de ferramentas de inteligência artificial.

Vale do Taquari: além da herança germânica

O Vale do Taquari está localizado a aproximadamente 100 km de Porto Alegre e compreende 36 municípios. Seu nome está relacionado ao Rio Taquari, importante para compreender a formação da antiga Vila do Taquari, uma vez que, diante da ausência de estradas estruturadas, o rio constituía uma das principais vias de transporte da região.

A ocupação ocorreu ainda no século XVIII, inicialmente por meio da concessão de sesmarias e, a partir de 1760, com a chegada de casais açorianos. A região possuía importância estratégica em razão dos conflitos envolvendo as fronteiras luso-brasileiras, o que contribuiu para a concessão de terras como recompensa pelos serviços militares prestados pelos milicianos (Christillino, 2004).

A economia regional baseava-se na extração de madeira, pedras semipreciosas e erva-mate, além da produção de trigo. Esta última atividade demandava significativa quantidade de mão de obra escravizada. Segundo Kreutz e Machado (2017, p. 65), em 1814, aproximadamente 7% de toda a população de africanos escravizados do Rio Grande do Sul estava concentrada em Taquari.

Karen Pires identificou que, durante a segunda metade do século XIX, homens africanos e crioulos trabalhavam em embarcações, portos, plantações e no corte de madeira. A análise dos inventários também demonstrou que a maior parte dos proprietários possuía entre um e cinco cativos, embora existissem proprietários com contingentes maiores (Pires, 2021).

Tabela 1 - População escravizada no Rio Grande do Sul em comparação com o Vale do Taquari

	1780	1814	1859	1884	1885	1887
Vale do Taquari	317	1.206	2.701	1.654	628	385
Total no Rio Grande do Sul	4.238	17.065	70.697	62.231	22.042	7.901
% dos escravos da Província no Vale do Taquari	7,5%	7,07%	3,82%	2,66%	2,84%	4,87%

Fonte: Ver (Christillino, 2004, p. 42).

Os dados demonstram que a escravização esteve diretamente relacionada à formação econômica e social do Vale do Taquari. Paralelamente, a valorização das terras decorrente do

processo imigratório beneficiou a elite local. Mesmo com restrições legais ao uso de mão de obra escravizada por imigrantes em pequenas propriedades, a prática persistiu. Franz (2009), por exemplo, registra a venda de um homem escravizado em Taquari em 1881, evidenciando as contradições daquele contexto.

Foi nesse cenário de transformações econômicas e sociais, especialmente a partir da década de 1860, que ocorreram episódios de resistência posteriormente tratados pelas autoridades como revolta e conspiração, evidenciando que a população escravizada não ocupava uma posição exclusivamente passiva, mas desenvolvia diferentes estratégias de resistência e negociação.

Por uma história crítica: o uso de fontes históricas

A escolha das fontes históricas partiu da compreensão de que o ensino de História não deve limitar-se à transmissão de informações já elaboradas, mas possibilitar aos estudantes a interpretação de diferentes vestígios do passado. O contato com documentos permite compreender que o conhecimento histórico é construído a partir de perguntas, evidências e interpretações.

Nesse sentido, as cartas de liberdade constituíram uma fonte privilegiada para aproximar os estudantes de sujeitos históricos concretos. Disponibilizadas pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, essas cartas registram informações sobre pessoas escravizadas do Vale do Taquari que obtiveram a liberdade. Mais do que documentos jurídicos, permitem observar aspectos de trajetórias individuais e das relações sociais existentes naquele período.

A utilização dessas fontes também possibilitou deslocar o olhar dos estudantes de uma perspectiva exclusivamente estrutural da escravização. Em vez de trabalhar apenas com números, leis e conceitos gerais, os estudantes tiveram contato com indivíduos que possuíam nomes, relações e histórias particulares, percebendo que a população escravizada não constituía um grupo homogêneo, mas era formada por sujeitos com diferentes experiências.

A experiência pedagógica

A atividade foi desenvolvida com turmas de 8º ano e teve como objetivo articular o conteúdo sobre escravização no Brasil Império à história local, utilizando as cartas de liberdade como fonte histórica. Organizados em duplas, os estudantes receberam uma carta

e, a partir das informações presentes no documento, foram desafiados a criar uma história fictícia sobre a vida daquele indivíduo após a conquista da liberdade.

A proposta não buscava produzir uma narrativa historicamente comprovada, mas utilizar as informações disponíveis na fonte para construir possibilidades sobre a vida em liberdade, considerando o contexto histórico do Vale do Taquari. Os estudantes precisaram refletir sobre trabalho, relações familiares, condições econômicas e possibilidades de vida para uma pessoa liberta naquele período.

A atividade também foi pensada como estratégia de inclusão. Em uma turma heterogênea, nem todos apresentavam o mesmo nível de alfabetização ou domínio da escrita. Por isso, a participação não ficou restrita à produção textual. Mesmo os estudantes que ainda não estavam plenamente alfabetizados puderam contribuir com ideias, sugerir acontecimentos e personagens e participar da construção da história. O trabalho em duplas favoreceu a colaboração e permitiu que diferentes habilidades fossem mobilizadas.

Após a construção das narrativas, foi incorporado o uso de ferramentas de inteligência artificial para recriar visualmente os personagens imaginados pelos estudantes. A proposta buscou aproximar o ensino de História das tecnologias presentes no cotidiano dos alunos, sem transformar a inteligência artificial em simples ferramenta de produção automática.

Os estudantes aprenderam a elaborar comandos (prompts) para representar seus personagens, considerando características físicas, vestimentas, ambiente e contexto histórico. Dessa forma, além da criatividade, desenvolveram conhecimentos relacionados ao uso crítico da tecnologia e compreenderam que a qualidade do resultado produzido pela ferramenta dependia das informações fornecidas.

A sequência da atividade — análise da fonte, construção da narrativa e representação por meio da inteligência artificial — permitiu articular diferentes aprendizagens: interpretação de fontes, contextualização histórica, criatividade, colaboração e letramento digital. A tecnologia, portanto, foi utilizada como ferramenta complementar ao processo de aprendizagem, e não como substituta da reflexão histórica.

Considerações finais

A experiência pedagógica demonstrou a importância de aproximar o ensino de História da realidade dos estudantes e das histórias que constituem o espaço em que vivem. Ao abordar a presença da população africana e afrodescendente no Vale do Taquari, buscou-se

ampliar uma narrativa regional frequentemente associada à imigração europeia, evidenciando que a formação da região foi marcada pela presença de diferentes grupos sociais.

As cartas de liberdade possibilitaram ultrapassar uma abordagem centrada exclusivamente em números e estruturas da escravização. O contato com documentos que registram pessoas concretas permitiu perceber que, por trás das estatísticas, existiam sujeitos com trajetórias, relações e projetos de vida. Dessa forma, a fonte histórica tornou-se instrumento para compreender a complexidade da escravização e as diferentes estratégias de resistência, negociação e busca pela liberdade.

A produção das histórias fictícias possibilitou ainda articular conhecimento histórico e criatividade. Ao imaginar a vida em liberdade dos indivíduos presentes nos documentos, os estudantes precisaram relacionar as informações da fonte ao contexto histórico regional, compreendendo que a construção de narrativas sobre o passado deve considerar as evidências disponíveis e os limites impostos pelo contexto.

Outro aspecto significativo foi a inclusão. A estrutura da atividade permitiu que estudantes com diferentes níveis de alfabetização participassem efetivamente da construção das narrativas, valorizando a oralidade, a imaginação e a colaboração. Assim, a inclusão não se restringiu à adaptação de recursos, mas esteve presente na própria concepção da proposta.

A incorporação da inteligência artificial ampliou as possibilidades da atividade ao permitir que os estudantes transformassem suas narrativas em representações visuais e aprendessem a elaborar prompts. A tecnologia foi utilizada depois da análise da fonte e da construção da narrativa, articulando conhecimento histórico, criatividade e letramento digital.

Nesse sentido, a experiência dialoga com a reflexão de Chimamanda Adichie sobre o perigo de uma única história. Inserir no ensino da história regional sujeitos que durante muito tempo permaneceram pouco visibilizados não significa substituir uma narrativa por outra, mas ampliar perspectivas e incorporar diferentes sujeitos, experiências e fontes.

Por fim, a experiência reforça a importância de um ensino de História que articule território, fontes históricas, inclusão, criatividade e tecnologia. Conhecer as trajetórias das pessoas escravizadas e libertas do Vale do Taquari permite compreender que a escravização não foi uma realidade distante, mas esteve presente na formação da própria comunidade. Trabalhar essas histórias em sala de aula contribui, portanto, para uma aprendizagem histórica mais crítica, plural e consciente sobre o passado e suas relações com o presente.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CHRISTILLINO, Cristiano L. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889). 2004. 374 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

FRANZ, Eloisa. **O negro taquariense**: do escravismo ao abolicionismo. 2009. 91 f. Monografia (Graduação em História) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2009.

KREUTZ, Marco Rogério; MACHADO, Neli. **O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul**. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/223/pdf_223.pdf. Acesso em: 11 maio 2025.

PIRES, Karen Daniela. **Compadrio, parentesco e família**: escravizados, libertos e livres na paróquia de São José de Taquari/Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/8fa310a1-cc6d-4cc5-a781-70c26ac789cc/content>. Acesso em: 11 maio 2025.

**ENTRE RIOS, CIÊNCIAS E TRADIÇÕES:
Educação do Campo e os Mundos do Trabalho no interior do Amazonas**

Paulo Roberto de Freitas Souza
Pós-graduado em Gestão Escolar (UFAM)
Pedagogo Seduc/Amazonas
pauloroberto@educacao.am.gov.br

Resumo:

O presente artigo analisa a relevância da Educação do Campo no interior do Amazonas, destacando sua articulação direta com as transformações no mundo do trabalho local. Por fim, apontam-se os benefícios e as mudanças qualitativas que essa modalidade traz para o desenvolvimento sustentável da região.

Palavras-chave: Educação do Campo; Trabalho; Amazonas.

Abstract:

This article analyzes the relevance of Rural Education (*Educação do Campo*) in the interior of the state of Amazonas, highlighting its direct link with transformations in the local world of work. Finally, it points out the benefits and qualitative changes that this educational modality brings to the sustainable development of the region.

Keywords: Rural Education; Work; Amazonas.

Introdução

A Educação do Campo no estado do Amazonas carrega a marca da singularidade geográfica, social e cultural de sua população. Longe de ser apenas uma extensão da escola urbana transposta para as florestas, margens dos rios e outros espaços de vida característicos do campo, essa modalidade de ensino consolidou-se historicamente como uma conquista social e política voltada à garantia de direitos educacionais dos povos do campo, das águas e das florestas, para que tenham direito a um aprendizado que respeite suas realidades. Como apontam os principais teóricos da área, a Educação do Campo nasce da luta dos movimentos sociais para superar a lógica de um ensino que historicamente negou ou tentou apagar a identidade camponesa (Arroyo; Caldart; Molina, 2011, p. 15).

A Educação do Campo, enquanto campo epistemológico e político, deve ser compreendida como expressão das lutas históricas dos povos do campo contra a invisibilização de seus modos de vida. Nesse sentido, Freire (1996) contribui ao afirmar que

não há educação neutra, mas práticas pedagógicas atravessadas por disputas de poder, cultura e emancipação.

Do ponto de vista normativo, a Educação do Campo encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996, art. 28), que assegura a adaptação da organização escolar às peculiaridades da vida rural, especialmente quanto a conteúdos curriculares, metodologias e calendário escolar. Soma-se a isso a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, reconhecendo a diversidade socioterritorial como princípio estruturante da política educacional.

No interior amazonense, pensar essa modalidade exige compreender a complexidade de um território onde o tempo das águas e as distâncias geográficas ditam o ritmo da vida social e produtiva nas comunidades, que caminham em direção oposta à vida na sede dos municípios, principalmente os mais populosos do Estado.

Pluralidade sociocultural no campo amazonense

Falar sobre o "campo" no Amazonas exige, antes de tudo, desconstruir a imagem clássica do meio rural baseada apenas no camponês minifundiário ou no trabalhador da agricultura tradicional, pois exige uma ruptura com modelos agrários clássicos eurocentrados. Conforme Brandão (2007), os saberes populares constituem formas legítimas de produção de conhecimento, historicamente marginalizadas pelos sistemas formais de ensino.

O cenário rural amazonense é caracterizado por uma vasta sociobiodiversidade, abrigando populações ribeirinhas, povos indígenas, comunidades quilombolas, extrativistas e assentados. Cada um desses grupos possui uma relação única com a floresta e com os rios, construindo modos de vida que desafiam as definições puramente econômicas de espaço rural, sendo acima de tudo parte indissociável dos aspectos culturais dessas populações.

Essa multiplicidade de sujeitos implica dizer que não existe um campo único, mas, sim, múltiplos "campos" coexistindo no interior do estado. Portanto, a escola que se constrói nesse território precisa ser sensível a essa pluralidade, respeitando as diferentes línguas, os ritos e as tradições locais. "Reconhecer essa diversidade é o primeiro passo para que o processo educativo faça sentido para as comunidades" (Molina; Sá, 2012, p. 318).

Para que a Educação do Campo seja efetiva no interior do Amazonas, é indispensável um olhar atento às especificidades estruturais, logísticas e pedagógicas dessas unidades de ensino. Uma escola do campo não pode ser gerida sob a mesma lógica burocrática de uma

escola urbana. No contexto amazônico, isso envolve, prioritariamente, a flexibilização do calendário letivo, ligado aos períodos de cheia e vazante dos rios, e que alteram completamente a mobilidade e a rotina das famílias; logo, o tempo escolar precisa se adequar ao tempo da natureza e da produção local, e não o contrário, sob pena de se construir um processo pedagógico que não atenderá de forma integral a formação dos estudantes das comunidades.

A dimensão territorial da educação no Amazonas pode ser observada nos dados do Censo Escolar. Em 2024, o estado registrou 5.519 estabelecimentos de ensino, dos quais 4126 estavam localizados em áreas rurais, incluindo comunidades ribeirinhas, indígenas e de floresta. Esses números evidenciam que grande parte da oferta educacional amazonense está diretamente vinculada às dinâmicas territoriais do campo, das águas e das florestas, reforçando a necessidade de políticas educacionais específicas para essas realidades.

Além disso, a atenção às especificidades passa pela infraestrutura e pela logística de transporte, que no Amazonas é predominantemente fluvial. Longas distâncias percorridas em barcos, voadeiras ou rabetas exigem políticas de segurança e financiamento diferenciados. Conforme ressalta Arroyo (2011, p. 74), “a organização do espaço, dos tempos escolares e dos materiais didáticos deve dialogar com a cultura e com a geografia local”. Ignorar essas particularidades e aplicar pacotes pedagógicos padronizados vindos de fora resulta em exclusão, altos índices de evasão e enfraquecimento do vínculo do estudante com sua comunidade, levando a um processo de êxodo dos estudantes para as escolas localizadas na zona urbana do município, uma realidade profundamente ligada à dependência cotidiana do modal fluvial, tanto para a mobilidade familiar quanto para o acesso ao ambiente escolar (Figura 1).

Figura 1 – Dinâmica territorial e transporte fluvial em comunidade ribeirinha no interior do Amazonas



Fonte: Acervo do autor (2019).

A relação entre Ciências e Tradições

Um dos pilares fundamentais para consolidar a modalidade Educação do Campo no interior do Amazonas é compreender que os saberes científicos e os saberes tradicionais precisam caminhar juntos, de forma estritamente complementar e dialógica. A escola do campo não deve cometer o erro de ignorar o conhecimento sistematizado pelas ciências, privando o estudante do acesso ao patrimônio cultural e tecnológico universal. No entanto, o ensino científico perde sua eficácia e se torna colonizador quando ignora o conhecimento acumulado por gerações de ribeirinhos, indígenas e extrativistas sobre a floresta, o manejo da fauna e a dinâmica das águas.

Essa necessária união epistemológica permite que o estudante compreenda a realidade de forma complexa. O saber tradicional — sobre as propriedades das plantas, o comportamento climático da Amazônia ou as técnicas de plantio — é legitimado e enriquecido quando tensionado e associado aos conceitos da ecologia, da biologia e da geografia científica. “Ao promover esse encontro de saberes, a escola constrói uma ecologia cognitiva onde os conteúdos acadêmicos ganham utilidade social imediata e prática, capacitando os jovens para intervir e solucionar os problemas reais de suas comunidades” (Arroyo, 2011, p. 79).

No interior do Amazonas, a subsistência e a economia giram em torno de atividades tradicionais, como o manejo do pirarucu e do açaí, o extrativismo vegetal, a pesca artesanal e a agricultura familiar de subsistência. Nesse cenário, o mundo do trabalho e a escola não

podem caminhar separados. A Educação do Campo atua como uma ponte que conecta as ciências aos conhecimentos tradicionais gerados por essa rica diversidade de povos, nos mais diversificados modos de trabalho.

De acordo com Caldart:

o trabalho na Educação do Campo não é visto apenas como preparação técnica para o mercado, mas, sim, como um princípio educativo fundamental que humaniza e emancipa o sujeito. Quando a escola adota uma pedagogia voltada à realidade local, como a pedagogia da alternância, ela permite que o jovem estude sem se desligar de sua prática produtiva e familiar (2012, p. 261).

No contexto amazonense, essa alternância se traduz na harmonização entre as etapas letivas e os regimes dos rios, garantindo que os períodos de isolamento ou mobilidade fluvial não se convertam em barreiras para o aprendizado. O trabalho deixa de ser visto apenas como esforço braçal e passa a ser compreendido como uma atividade transformadora que gera autonomia, sustentabilidade econômica e segurança alimentar para as famílias do interior. É necessário também compreender que a participação de crianças e adolescentes em atividades familiares tradicionais, quando vinculada à transmissão de saberes culturais, à socialização comunitária e respeitando os marcos legais de proteção integral, constitui elemento formativo presente em muitas comunidades, distinguindo-se de práticas de exploração do trabalho infantil.

Mudanças qualitativas e benefícios locais

A construção de uma educação que seja genuinamente *no* e *do* campo gera impactos profundos e qualitativos na estrutura social do interior do Amazonas. A primeira grande mudança é o fortalecimento da identidade desses povos do campo, das águas e das florestas, que passam a enxergar sua cultura e seu território com orgulho. “Essa mudança rompe com o modelo de escola que historicamente preparava o estudante para migrar para os centros urbanos, desvalorizando o seu lugar de origem” (Molina; Sá, 2012, p. 320).

As mudanças descritas podem ser compreendidas como processos de reterritorialização do conhecimento escolar, no qual a escola deixa de ser um espaço de descontextualização cultural para se tornar um polo de produção de sentido comunitário.

Segundo Caldart (2012), a Educação do Campo é também um projeto de sociedade, e não apenas uma modalidade educacional.

Além disso, a oferta de um ensino contextualizado contribui para a redução do êxodo rural forçado. Ao encontrar perspectivas de qualificação, inovação técnica e valorização do seu trabalho na própria comunidade, a juventude amazonense ganha a oportunidade de permanecer em suas terras. Isso impulsiona o desenvolvimento local sustentável, uma vez que o conhecimento gerado na escola retorna diretamente para o fortalecimento das associações, cooperativas e cadeias produtivas da região, gerando a "sustentabilidade da vida em suas múltiplas dimensões" (Arroyo, 2011, p. 81).

Considerações Finais

Garantir uma Educação do Campo de qualidade no interior do Amazonas é um ato de justiça social e pedagógica. Mais do que escolarizar, trata-se de respeitar as especificidades geográficas, unir os saberes universais aos locais e emancipar sujeitos históricos e diversos. Ao assegurar que o mundo do trabalho rural seja um espaço de dignidade, preservação ambiental e inovação, as mudanças qualitativas geradas por esse modelo educacional transformam a escola em um polo de resistência cultural e progresso socioeconômico; tendo em vista que a educação, por intermédios das redes federal, municipais e estadual, tem a capilaridade necessária para levar uma Educação do Campo de qualidade e que tenha um impacto social positivo para as comunidades.

A Educação do Campo no Amazonas, ao articular ciência, trabalho e cultura, configura-se como uma prática contra hegemônica que tensiona os modelos tradicionais de escolarização.

Nesse sentido, ela contribui para a construção de uma pedagogia territorializada, capaz de reconhecer a diversidade epistemológica dos povos amazônicos.

Referências

ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: CNE, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**. Brasília, DF: INEP, 2024.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Licenciatura em Educação do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2007.

**HISTÓRIA ORAL, TERRITÓRIO E ESCUTA SENSÍVEL:
ação integrada do PIBID História e Geografia na EAgro/UFRR e as interfaces com o
ProfHistória¹**

Prof. Dr. Eduardo Gomes da Silva Filho

Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima (EAgro/UFRR)
eduardo.filho@ufrr.br

Victória da Silva Lima

Graduanda do curso de História da
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
Bolsista PIBID
victoriaufrr2020@gmail.com

Resumo:

Este artigo analisa uma ação integrada entre o PIBID História e o PIBID Geografia na Escola Agrotécnica da UFRR, articulada ao ProfHistória. Trata-se de relato de experiência qualitativo, baseado na observação e no planejamento de minicurso de História Oral. Os resultados indicam fortalecimento da interdisciplinaridade, da identidade docente dos pibidianos e da preparação metodológica para a escuta comunitária no Assentamento Nova Amazônia.

Palavras-chave: PIBID; História Oral; Formação docente.

Abstract:

This article analyzes an integrated activity between the History and Geography PIBID programs at the Agricultural School of UFRR, in dialogue with ProfHistória. This qualitative experience report is based on observation and the planning of an Oral History short course. The results indicate strengthened interdisciplinarity, teaching identity among PIBID students, and methodological preparation for community listening in the Nova Amazônia Settlement.

Keywords: PIBID; Oral History; Teacher training.

Introdução

O ensino de História na educação básica ganha força quando dialoga com a realidade vivida pelos estudantes. Na Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima (EAgro/UFRR), esse diálogo passa necessariamente por temas como território, trabalho, juventude, vida rural, comunidade e Amazônia. Por isso, uma prática de ensino situada nesse

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

espaço não pode se limitar à transmissão de conteúdos prontos: ela precisa reconhecer a escola como lugar de produção de saberes e de aproximação entre universidade, educação básica e comunidade.

Este artigo analisa uma ação integrada entre o PIBID História e o PIBID Geografia, realizada na EAgro/UFRR em diálogo com o ProfHistória. A atividade reuniu uma palestra sobre educação, território e escuta sensível na Amazônia e um minicurso de História Oral e Memória, ministrado por pibidianos do subprojeto de História. Ambas as ações estiveram vinculadas ao projeto “História oral e memória comunitária no Assentamento Nova Amazônia: vozes de moradores escutadas por estudantes da EAgro/UFRR”.

A questão que orienta este texto é: como a História Oral pode contribuir para a formação docente e para o ensino de História em diálogo com território, memória e escuta sensível na Amazônia? Para respondê-la, o artigo foi construído como relato de experiência, de abordagem qualitativa, apoiado na observação participante, no planejamento pedagógico da atividade, no material produzido para o minicurso e na reflexão sobre o papel do PIBID na formação inicial de professores.

Cabe destacar que o projeto ainda não está concluído. As entrevistas com moradores do Assentamento Nova Amazônia e a produção de um e-book estão previstas para uma etapa posterior. O foco deste texto, portanto, está na ação formativa já realizada, compreendida como momento de preparação teórico-metodológica para as futuras práticas de escuta comunitária e de produção de conhecimento histórico escolar.

Ação integrada, escola e formação docente

A principal característica da experiência foi sua dimensão integrada. Ao reunir PIBID História e PIBID Geografia, a atividade permitiu que os pibidianos pensassem o ensino a partir de problemas comuns às duas áreas: território, memória, comunidade, Amazônia e formação dos estudantes. Essa aproximação é importante porque a realidade escolar não aparece dividida em disciplinas; os estudantes vivem experiências sociais, familiares e territoriais que exigem diálogo entre diferentes saberes.

No caso da EAgro/UFRR, essa integração ganha ainda mais sentido. A escola está vinculada à universidade e atende jovens inseridos em uma realidade marcada por relações com o campo, o trabalho, os assentamentos, a migração e as formas de pertencimento à Amazônia. Desse modo, o ensino de História precisa conversar com a vida concreta dos

estudantes: o território não é apenas o lugar onde a escola está localizada, mas também fonte de problemas históricos, memórias e aprendizagens.

O PIBID contribui para essa formação porque coloca os licenciandos diante da prática escolar desde cedo. Ao organizar o minicurso, os pibidianos precisaram estudar, planejar, selecionar conceitos, dividir falas, preparar materiais e dialogar com o público. Esse processo fortaleceu a identidade docente, pois os bolsistas deixaram de ocupar apenas o lugar de estudantes universitários e passaram a experimentar responsabilidades próprias do trabalho docente.

A ação também indicou um resultado formativo importante: a construção coletiva da atividade. O planejamento exigiu articulação entre professor supervisor, pibidianos, escola e subprojetos, o que mostrou aos licenciandos que o trabalho docente é, muitas vezes, colaborativo e interdisciplinar. Ensinar História, nesse caso, significou organizar uma experiência pedagógica capaz de articular teoria, prática, escuta e território.

História Oral, território e escuta sensível

A História Oral foi escolhida como eixo metodológico porque permite aproximar ensino de História e memória comunitária. Para Alberti, a História Oral é um método de pesquisa que privilegia entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas e experiências sociais (Alberti, 2004). Essa definição ajuda a compreender por que a proposta é relevante para a escola: ela permite que estudantes percebam que as experiências de moradores, famílias e comunidades também podem ser fontes para o conhecimento histórico.

No minicurso, os pibidianos trabalharam conceitos básicos da História Oral, relações entre história e memória, preparação de entrevistas, tipos de entrevista, construção de roteiros, caderno de campo, transcrição e retorno social da pesquisa. A atividade buscou traduzir uma discussão acadêmica para uma linguagem simples, sem abandonar o cuidado metodológico. Esse foi um dos resultados mais relevantes da ação: transformar teoria em prática pedagógica compreensível para o ambiente escolar. Como destaca Alberti, dar voz ao entrevistado significa também reconhecer que o relato resulta de uma relação dialógica entre quem entrevista e quem narra, e não de uma simples coleta de informações prontas (Alberti, 2004).

A memória foi apresentada como construção social. Halbwachs afirma que as lembranças individuais estão ligadas a quadros sociais, ou seja, a grupos, relações e

referências coletivas (Halbwachs, 2004). Essa ideia é importante para pensar o Assentamento Nova Amazônia, pois as memórias sobre trabalho, moradia, escola, migração e vida rural não pertencem apenas a indivíduos isolados: elas expressam experiências coletivas e ajudam a construir identidades.

A escuta sensível também foi discutida como atitude pedagógica. Escutar não é apenas ouvir respostas; é respeitar silêncios, trajetórias e modos diferentes de narrar o passado. Portelli lembra que as fontes orais não informam somente o que as pessoas fizeram, mas também o que acreditavam estar fazendo e o que hoje pensam que fizeram (Portelli, 1997). Assim, a entrevista oral permite trabalhar com sentidos, interpretações e disputas de memória.

Essa perspectiva ajuda a formar estudantes mais atentos à complexidade do passado. Pollak observa que existem memórias subterrâneas, muitas vezes silenciadas por memórias oficiais ou dominantes (Pollak, 1989). No ensino de História, essa reflexão é fundamental porque mostra que o passado não é uma narrativa única, mas também campo de disputas, esquecimentos, silêncios e reivindicações.

O minicurso como resultado da ação formativa

O minicurso “História Oral e Memória: Perspectivas teórico-metodológicas” foi o principal resultado imediato da ação formativa. Ministrado pelos pibidianos do subprojeto de História, representou uma etapa de preparação para as futuras entrevistas com moradores do Assentamento Nova Amazônia. A atividade não teve a pretensão de encerrar o projeto, mas de criar uma base comum de conceitos e procedimentos metodológicos.

Esse resultado pode ser observado em três dimensões. A primeira é formativa: os pibidianos estudaram autores, organizaram conteúdos e assumiram uma função docente diante da comunidade escolar. A segunda é metodológica: o grupo sistematizou orientações sobre entrevistas, roteiros, escuta, caderno de campo e tratamento das fontes orais. A terceira é pedagógica: a atividade aproximou os temas da memória, do território e da comunidade do ensino de História na escola.

O minicurso também mostrou limites que precisam ser considerados. O tempo da atividade foi curto, e as ações posteriores ainda dependem da realização das entrevistas, da organização dos registros e da produção do e-book. Mesmo assim, a experiência teve valor porque criou as condições iniciais para que essas etapas futuras aconteçam com maior clareza metodológica e responsabilidade ética.

A ação integrada com a Geografia ampliou essa experiência. O tema da palestra, ao tratar de educação, território e escuta sensível na Amazônia, ajudou a construir uma ponte entre o debate conceitual e a prática escolar. Com isso, o ensino de História deixou de aparecer apenas como estudo do passado e passou a ser pensado como prática de leitura do território, das memórias e das relações sociais vividas pelos estudantes.

Interfaces com o ProfHistória

A experiência também dialoga com o ProfHistória porque valoriza o professor como pesquisador de sua própria prática. O mestrado profissional em Ensino de História tem contribuído para reforçar a ideia de que a escola não é apenas lugar de aplicação de teorias produzidas fora dela: ela também produz questões, fontes, metodologias e interpretações sobre o ensino.

Nessa perspectiva, o PIBID e o ProfHistória podem se complementar. O PIBID atua na formação inicial, aproximando licenciandos da escola e de práticas pedagógicas concretas. O ProfHistória contribui para a formação continuada e para a reflexão sistemática sobre o ensino de História. A experiência na EAgro/UFRR mostrou que esses dois espaços podem dialogar quando o professor supervisor assume o papel de mediador entre universidade, escola e pesquisa aplicada ao ensino.

O trabalho com História Oral favorece esse diálogo porque transforma a realidade escolar em objeto de investigação. Ao escutar moradores e comunidades, os estudantes aprendem que o conhecimento histórico não está apenas nos livros didáticos: ele também aparece nas memórias familiares, nas trajetórias de trabalho, nos lugares de memória e nas experiências cotidianas. Para Nora, os lugares de memória existem porque determinados grupos precisam criar marcas, registros e referências para preservar sentidos coletivos do passado (Nora, 1993).

Assim, a interface com o ProfHistória ajuda a dar densidade teórica à prática do PIBID. Ao mesmo tempo, o PIBID oferece ao ProfHistória um campo vivo de experimentação pedagógica. O resultado é uma formação docente mais próxima da realidade escolar e mais comprometida com a produção de saber histórico em diálogo com a comunidade.

Considerações finais

A ação integrada entre o PIBID História e o PIBID Geografia na EAgro/UFRR mostrou que o ensino de História pode ser fortalecido quando dialoga com território, memória e escuta

sensível. A experiência analisada neste artigo demonstrou que a História Oral pode contribuir tanto para a formação docente quanto para a construção de práticas escolares mais próximas da realidade dos estudantes.

Os principais resultados da ação foram a formação dos pibidianos para o uso da História Oral, o fortalecimento da interdisciplinaridade entre História e Geografia, a preparação metodológica para futuras entrevistas no Assentamento Nova Amazônia e a aproximação entre PIBID, escola e ProfHistória. Esses resultados ainda são iniciais, mas indicam um caminho importante para a continuidade do projeto.

Vale lembrar, como destaca Ricoeur, que toda tentativa de reconstituição do passado convive com a possibilidade do esquecimento, o que torna o trabalho de memória sempre incompleto e sujeito a revisões (Ricoeur, 2007). É justamente por isso que a etapa seguinte do projeto — as entrevistas no Assentamento Nova Amazônia, a organização das fontes orais e a produção de um e-book — deverá ser conduzida com cautela metodológica e compromisso ético com os sujeitos e comunidades envolvidos.

Por fim, a experiência reforça que ensinar História na Amazônia exige escutar sujeitos, reconhecer territórios e valorizar memórias locais. O desafio será transformar a escuta comunitária em conhecimento histórico escolar, sem perder de vista a responsabilidade que esse gesto de escuta implica.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 19 jun. 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 19 jun. 2026.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>. Acesso em: 19 jun. 2026.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

**MEMÓRIA, IDENTIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA:
relato de experiência a partir de um álbum de fotos**

Prof. Dr. Jimmy Iran dos Santos Melo
Colégio de Aplicação (CAp/UFRR)
jimmy.melo@ufr.br

Profa. Luana Carvalho de Oliveira
Colégio de Aplicação (CAp/UFRR)
luana_oliveira19@hotmail.com

Resumo:

Este relato analisa uma atividade de Ensino de História realizada no 1º bimestre de 2026, na qual uma estudante com deficiência, com apoio familiar, produziu um livro de sua história em formato de álbum de fotos. A proposta trabalhou memória, identidade, afetividade e pertencimento a partir de registros da vida cotidiana, familiar e escolar. O resultado mostrou a potência da fotografia como fonte histórica e como recurso de aproximação entre escola, estudante e família.

Palavras-chave: Ensino de História; Memória; Identidade.

Abstract:

This report analyzes a History Teaching activity carried out in the first school term of 2026, in which a student with a disability, supported by her family, produced a book of her own history as a photo album. The activity addressed memory, identity, affection and belonging through images of everyday, family and school life. The result showed the pedagogical strength of photography as a historical source and as a way to connect school, student and family.

Keywords: History Teaching; Memory; Identity.

Introdução

Este relato de experiência apresenta uma atividade desenvolvida na disciplina de História dos Anos Finais, durante o 1º bimestre de 2026. A proposta consistiu na produção de um “Livro da sua História”, organizado em formato de álbum de fotos, pela estudante Tauany Ferreira Fraga, com auxílio de seus familiares. O trabalho solicitava fotografias da estudante, de familiares e de momentos felizes, com o objetivo de trabalhar memória, identidade e alegria singular, reforçando laços afetivos entre estudante, família e escola.

A atividade partiu de uma ideia simples: todos possuem história. A História ensinada na escola não precisa começar apenas pelos grandes acontecimentos, pelas datas oficiais ou pelos personagens dos livros didáticos. Ela também pode partir da vida dos estudantes, de

suas lembranças, objetos, fotografias, passeios, festas, vínculos de cuidado e experiências cotidianas.

Neste texto, se utiliza a expressão “estudante com deficiência”, em consonância com a terminologia atualmente adotada pela legislação brasileira e pelos documentos internacionais de direitos humanos”, evitando expressões capacitistas ou ultrapassadas (Sassaki, s.d.). A informação é registrada apenas por sua relevância pedagógica, sem exposição de diagnóstico ou de dados sensíveis. O foco está na experiência escolar e na valorização da estudante como sujeito histórico.

O relato dialoga com a proposta do dossiê “História, Mundos do Trabalho e Ensino” porque evidencia o trabalho docente como prática de mediação, planejamento, cuidado e escuta. O professor de História, nesse caso, não atuou apenas como transmissor de conteúdos, mas como mediador de uma experiência em que estudante, família e escola participaram da construção de uma narrativa de memória, afeto e identidade.

Contexto da experiência

A atividade foi proposta como avaliação bimestral, com valor de 10 pontos. A orientação era objetiva: a estudante deveria, com ajuda dos familiares, criar um livro simples de sua história, em formato de álbum de fotos. Após a montagem, o trabalho deveria ser digitalizado e enviado por e-mail ao professor.

A simplicidade da proposta foi uma escolha pedagógica. Em vez de exigir uma produção escrita longa ou excessivamente formal, a atividade valorizou a imagem, a oralidade familiar, a seleção de lembranças e a organização de uma narrativa visual. Essa escolha ampliou as possibilidades de participação da estudante e permitiu que a família se envolvesse no processo de aprendizagem.

O álbum produzido, intitulado “Tauany - Álbum de Fotos - Professor Jimmy Iran”, apresenta quinze páginas com registros afetivos. Nas imagens, a estudante aparece com a mãe, irmãos, amigos, animais de estimação e em espaços de lazer, cultura e convivência, como escola, teatro, shopping, zoológico, piscina, festas e ambiente doméstico. Essas imagens não funcionam apenas como ilustrações. Elas formam uma narrativa sobre quem é a estudante, com quem convive, quais lugares frequenta e quais experiências marcam sua trajetória.

O álbum de fotos como fonte de memória e identidade

No Ensino de História, a fotografia pode ser compreendida como fonte histórica. Ela registra pessoas, lugares e acontecimentos, mas também carrega escolhas, afetos e sentidos. Alguém seleciona o momento, guarda a imagem, compartilha o registro e atribui valor a ele. Por isso, ao trabalhar com fotografias familiares, o professor ajuda os estudantes a perceberem que a história também está presente nos arquivos domésticos e nas experiências pessoais.

Maurice Halbwachs (2006) afirma que a memória é construída socialmente. Mesmo quando uma lembrança parece individual, ela se liga aos grupos de convivência, como família, escola, amigos e comunidade. No álbum de Tauany, a memória pessoal aparece relacionada aos vínculos afetivos. A estudante é apresentada em cenas de cuidado, amizade, lazer e pertencimento, revelando que sua história também é uma história de relações.

Ecléa Bosi (1994) contribui ao mostrar que a memória envolve experiência, sensibilidade e sentido de vida. Quando a estudante e sua família escolhem fotografias de momentos felizes, não organizam apenas imagens: selecionam acontecimentos que representam carinho, convivência e alegria. Joël Candau (2011), ao aproximar memória e identidade, ajuda a compreender que lembrar também é construir pertencimento. Da mesma forma, Stuart Hall (2006) permite pensar a identidade como processo, sempre em construção.

A atividade também se aproxima de Paulo Freire (1996), para quem ensinar exige respeito ao educando, escuta e reconhecimento de seus saberes. Ao propor uma atividade que partiu da vida da estudante, o professor valorizou sua experiência e seus vínculos. Assim, a escola deixou de tratar a estudante apenas como alguém que deve responder a conteúdos prontos e passou a reconhecê-la como alguém que possui memória, sentimentos e trajetória.

Desenvolvimento da atividade

A atividade foi organizada em etapas simples. Primeiro, o professor apresentou a proposta de construir um livro da história da estudante por meio de fotografias. Em seguida, a família ajudou na seleção das imagens. Depois, o material foi organizado em formato de álbum, com títulos e pequenas legendas. Por fim, o álbum foi digitalizado e enviado por e-mail.

O produto final apresentou uma narrativa visual sensível. Algumas páginas destacaram a convivência familiar, especialmente a presença da mãe e dos irmãos. Outras mostraram a relação com amigos, com animais de estimação e com espaços de lazer. Há também registros

que sugerem superação de medos, participação em eventos e vivências culturais. O conjunto do álbum permitiu observar uma estudante ativa, alegre, amada e inserida em diferentes redes de convivência.

As legendas tiveram papel importante. Mesmo simples, ajudaram a organizar a narrativa. Expressões como “Tauany linda”, “família em casa”, “passeio com mamãe” e “perdendo medo de personagem” demonstram que o álbum não foi apenas uma sequência de fotos. Ele foi construído como uma história de afeto. As palavras escolhidas revelam carinho, reconhecimento e orgulho.

Do ponto de vista pedagógico, a proposta permitiu trabalhar noções fundamentais da História: tempo, memória, sujeito, fonte, narrativa e identidade. A estudante pôde perceber que sua trajetória tem valor histórico. A família participou da produção do conhecimento escolar. O professor atuou como mediador, transformando um álbum familiar em objeto de reflexão histórica e educativa.

Aprendizagem, afeto e inclusão

A experiência demonstrou que práticas simples podem gerar aprendizagens profundas. A escola, muitas vezes, associa o aprendizado histórico apenas à leitura de textos, à cópia de conteúdos ou à memorização de datas. Esses elementos podem ter importância, mas não esgotam as possibilidades do Ensino de História. O trabalho com fotografias mostrou que a aprendizagem também pode ocorrer por meio da memória, da imagem, da oralidade e da afetividade.

Para uma estudante com deficiência, essa escolha pedagógica ganhou relevância. A atividade respeitou o ritmo da estudante, favoreceu sua participação e permitiu que a família colaborasse de forma positiva. Em vez de diminuir a expectativa de aprendizagem, a proposta reorganizou o caminho para alcançá-la. Isso é essencial em práticas inclusivas: não reduzir o valor da aprendizagem, mas construir acessos possíveis, significativos e respeitosos.

A inclusão não pode ser pensada apenas como presença física na escola. Ela envolve participação, reconhecimento e pertencimento. Quando a estudante vê sua história valorizada em uma atividade de História, deixa de ocupar apenas o lugar de receptora de conteúdos e passa a ser produtora de uma narrativa sobre si mesma. Essa mudança é pedagógica e simbólica.

Circe Bittencourt (2004) destaca que o Ensino de História envolve escolhas metodológicas, fontes, linguagens e mediações. Ao utilizar o álbum de fotos como fonte, a

atividade ampliou o repertório didático da disciplina. A fotografia permitiu aproximar o conteúdo escolar da vida concreta. A estudante aprendeu História a partir de sua própria história.

Resultados observados

O principal resultado da atividade esteve no processo. A estudante foi reconhecida como sujeito de história; sua família participou da construção da atividade; a escola abriu espaço para a memória afetiva; e o Ensino de História ganhou uma dimensão mais humana e próxima do cotidiano.

Entre os resultados observados, se destacam a valorização da história de vida da estudante, o fortalecimento da autoestima, a ampliação da participação familiar, o uso da fotografia como fonte histórica, a construção de uma narrativa visual de pertencimento e a aproximação entre conteúdo escolar e experiência pessoal.

A atividade também permitiu trabalhar a ideia de que a História não pertence apenas aos livros ou aos museus. Ela está presente na casa, nas festas, nas viagens, nos animais de estimação, nas amizades, nos passeios e nos momentos simples da vida. Ao reconhecer isso, a estudante pôde compreender que sua existência possui valor histórico e social.

Considerações finais

A experiência com o álbum de fotos mostrou que o Ensino de História pode começar pela vida dos estudantes. Ao propor que Tauany Ferreira Fraga construísse, com apoio de sua família, um livro de sua própria história, a atividade valorizou memória, identidade, afetividade e pertencimento.

O relato evidencia que práticas pedagógicas inclusivas não precisam ser excessivamente complexas para serem significativas. O essencial é que sejam planejadas com sensibilidade, respeito e intencionalidade. Nesse caso, o álbum permitiu que a estudante se reconhecesse como sujeito histórico e que sua família participasse ativamente do processo educativo.

Conclui-se que o álbum de memória é uma prática potente para o Ensino de História, especialmente quando se busca fortalecer vínculos afetivos, respeitar singularidades e promover inclusão. Experiências semelhantes podem ser desenvolvidas por meio de linhas do tempo pessoais, rodas de memória, entrevistas familiares, objetos biográficos, mapas afetivos e projetos de história de vida. Essas possibilidades contribuem para uma escola mais sensível, democrática e atenta às histórias que cada estudante carrega consigo.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre Deficiência na Era da Inclusão**. Brasília: Câmara dos Deputados, s.d. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao>. Acesso em: 22 jun. 2026.

**AS MULTIFACETAS DO FAZER-SE DOCENTE:
a trajetória de Doquinha, da professora interiorana à presidência sindical**

James da Costa Batista

Doutor em História Social (PPGH/UFAM)
gcmjames81@gmail.com

Sérgio Carvalho de Lima

Mestre em História Social (PPGH/UFAM)
sergiolima.scj@gmail.com

Resumo:

Este artigo analisa a construção da identidade docente a partir da trajetória da professora Raimunda Gomes, conhecida como Doquinha. Busca-se compreender o fazer-se docente para além do ato de ensinar, considerando as experiências familiares, interioranas, profissionais e políticas que constituíram sua trajetória. A análise evidencia as múltiplas dimensões do trabalho docente feminino, marcadas pela maternidade, pelas dificuldades econômicas, pela intensa jornada de trabalho e pela militância sindical. A trajetória de Doquinha revela, assim, como a identidade do trabalhador da educação é construída também por meio da participação em movimentos sociais e políticos.

Palavras-chave: Trabalho docente; Identidade docente; Professoras; Amazonas; Sindicalismo.

Abstract:

This article analyzes the construction of teaching identity through the biographical trajectory of Raimunda Gomes, known as Doquinha. It seeks to understand becoming a teacher beyond the act of teaching, considering the family, regional, professional, and political experiences that shaped her trajectory. The analysis highlights the multiple dimensions of women's teaching work, marked by motherhood, economic difficulties, intensive working hours, and union activism. Doquinha's trajectory thus reveals how the identity of education workers is also constructed through participation in social and political movements.

Keywords: Teaching work; Teaching identity; Women teachers; Amazonas; Unionism.

Introdução

O trabalho docente, para além do ato de ensinar, não pode ser compreendido apenas a partir da institucionalidade escolar, mas deve considerar as especificidades do trabalhador da educação, o professor. Nesse sentido, a docência constitui uma experiência que ultrapassa os limites da sala de aula e envolve diferentes dimensões da vida social, profissional, familiar e política daqueles que a exercem. Deste modo, buscamos, neste texto, compreender como o trabalhador da educação constrói uma identidade multifacetada, constituída por experiências que vão além do ato de lecionar. A identidade docente, portanto, não se

apresenta como algo acabado ou previamente determinado, mas como resultado de experiências, relações e práticas construídas ao longo de uma trajetória de vida e de trabalho.

Abordaremos, portanto, uma temática que vem ganhando espaço na historiografia regional e nos estudos sobre a educação amazônica e suas especificidades: as múltiplas dimensões da experiência das professoras. Mais do que a figura da professora restrita ao espaço escolar, interessa-nos compreender a mulher que ensina, mas que também é mãe, ribeirinha, dona de casa, trabalhadora e, como nos evidencia a trajetória de Doquinha, militante e liderança sindical. Ao tomar sua biografia como fio condutor, pretendemos demonstrar que o fazer-se docente constitui um processo atravessado pelas experiências sociais e políticas de cada sujeito, revelando as diferentes formas pelas quais as professoras amazonenses construíram e ressignificaram suas identidades ao longo de suas trajetórias.

Doquinha e a construção da identidade docente

Há algum tempo, a biografia tem se constituído como uma importante possibilidade para a compreensão das identidades dos trabalhadores. No caso das professoras, a trajetória profissional permite evidenciar dimensões que ultrapassam o exercício da docência, envolvendo experiências de sofrimento, precarização das condições de trabalho, exploração salarial e sobreposição entre as responsabilidades profissionais, familiares e domésticas. Essas dimensões podem se manifestar de maneira particularmente acentuada no trabalho feminino, especialmente na educação infantil (Oliveira, 2024). A construção da identidade docente da professora Doquinha é semelhante à de muitas mulheres professoras do Estado do Amazonas. Sobre isso ela expõe:

Eu nasci, eu sou do Município de Lábrea né, Lábrea é sul do Amazonas, não sei se você já ouviu falar. Mas a cidade de Lábrea, ela é assim, conhecida por ser o final da Transamazônica. Então, lá no sul do Amazonas, faz fronteira com o Município de Humaitá. E eu nasci em uma comunidade, porque o meu avô era dono de seringais né, de localidades, então tinha uma localidade do meu avô que se chamava América, então foi lá na América que eu nasci. Subindo em direção a Pauini, entre Lábrea e Pauini. Dono de uns cinco! [risos] Meu avô era dono de três pra cima e dois para baixo, a gente costumava dizer na família. Acima de Lábrea eram três e abaixo de Lábrea eram dois. (Gomes, 2025)²

² Raimunda de Souza Gomes. Entrevista realizada em 24 de Julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 1.

Na narrativa de Doquinha, percebemos que sua identidade se constrói a partir das vivências experimentadas no interior do Estado do Amazonas. Sua infância, distante dos principais centros econômicos, foi marcada, ao mesmo tempo, por uma condição familiar relativamente privilegiada, uma vez que sua família possuía seringais que, durante determinado período, constituíram importantes núcleos de prosperidade econômica. Essa condição, contudo, não a afastou das experiências e dificuldades próprias da vida ribeirinha. Desde cedo, a futura professora esteve em contato com as particularidades desse modo de vida, experiências que posteriormente contribuíram para a construção de sua trajetória pessoal e profissional. Isso foi possível perceber na biografia da docente que pode ser entendida como

A ênfase na biografia, na trajetória do indivíduo, na experiência concreta, faz sentido porque a biografia mostra o que é potencialmente possível em dada sociedade ou grupo. Acredita-se que as biografias ilustram formas típicas de comportamento e concentram todas as características do grupo; mesmo as desviantes mostram o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo - elas permitem identificar as possibilidades latentes da cultura e deduzir “em negativo” o que seria mais frequente (Alberti, 2000).

Raimunda Gomes tornou-se professora através do Curso secundarista de Magistério ainda em Lábrea na década de 1990. Infelizmente, o que é comum na vida das trabalhadoras, o relacionamento familiar acabou por interferir na vida laboral e a obrigou a fazer o caminho de muitos ribeirinhos: vir para Manaus em busca de uma vida melhor.

Então eu era professora de matemática! Aí comecei o curso de graduação, mas por problemas familiares, de ciúmes do meu marido, eu terminei desistindo do curso, porque eu fazia em Humaitá, aí eu desisti e fiquei, eu falei, não, eu vou fazer outra coisa. E a militância política foi me dando uma leitura de que eu precisava enveredar pra uma área que me desse mais sustentação política de leitura de mundo, aí eu escolhi a pedagogia. E fiz o vestibular pra pedagogia, em noventa, fiz o vestibular em noventa pra pedagogia também por uma questão ainda familiar, não cursei, perdi a matrícula e voltei a fazer de novo em noventa e três e entrei em noventa e cinco pra a UFAM pra fazer pedagogia.

Quando eu entrei na faculdade mesmo pra fazer o curso, eu já era mãe. Então eu já tinha um filho, quando eu me separei, que eu me separei do meu marido em noventa e três, noventa e dois. Eu não podia começar a fazer faculdade porque eu precisava trabalhar três horários, eu vim de Lábrea com duas cadeiras né, professora de matemática, fui dar aula no Dom Milton lá na Cidade Nova no núcleo treze, fiquei no Dom Milton até o concurso que houve em noventa e três, que eu era aquele chamado regime especial, e noventa e três teve concurso eu perdi minha vaga no Dom Milton e eu fui para o Santa Etelvina. Só que em mil novecentos e noventa, o Arthur Virgílio Filho fez, o Neto né? Virgílio Neto, fez concurso pra prefeitura de Manaus, pra SEMED,

e eu fiz e passei pra ser professora primária. Então eu sou do município desde noventa, final de noventa, início de noventa e um eu tomei posse na SEMED. E aí eu trabalhava três horários. Trabalhava de manhã na SEMED e a tarde e a noite na Cidade Nova (Gomes, 2025).

Deste modo, a identidade docente, principalmente da mulher professora pode ser encarada como que a docência na educação básica é majoritariamente feminina e fragmentada em diversos níveis e redes de ensino. Essa forte heterogeneidade do setor gera realidades profissionais muito distintas (Garcia, 2005) e em um Estado como o Amazonas, com gritantes diferenciações sociais, econômicas e sociais, o trabalho docente feminino acaba por ter um aspecto ainda mais complexo. Nesse sentido, a trajetória de Doquinha chama a atenção em várias perspectivas, mas no contexto do trabalho docente, dois aspectos são determinantes para compreendê-la na sua construção de professora (Batista, 2026^o). O primeiro, é a necessidade da intensa carga horária de trabalho, reflexo da precarização do trabalho docente no salário. Assim a docente expõe por que precisou durante anos trabalhar em três horários (manhã, tarde e noite)

Porque eu precisava sobreviver, foi depois que eu me separei. Eu me separei em noventa e dois, eu tinha filho pequeno e aí minha família veio pra Manaus, minha mãe ficou muito preocupada, eu sozinha com filho pequeno e aí minha mãe veio vendeu as coisas lá que a gente tinha em Lábrea e meus irmãos desempregados ainda em busca né de conseguir um emprego, então eu basicamente sustentava a família. Então minha mãe cuidava do meu filho, eu saía da minha casa cinco e meia pra seis horas da manhã e eu retornava por volta de onze e meia, meia noite (Gomes, 2025).

O segundo fator é a entrada de Doquinha no movimento sindical, que a levou a ser uma liderança e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas (SINTEAM) liderando uma grande greve em 2005 (Batista, 2026). Em 2005, o professorado amazonense já acumulava grandes perdas que nem a política de transformismo mantido entre Braga e o SINTEAM conseguiu controlar. Na Rede municipal a situação não muito diferente e os professores também se organizaram em busca de melhores condições de trabalho.

É nesse contexto de mobilização e organização sindical que a trajetória de Doquinha ganha uma nova dimensão, uma vez que sua atuação deixa de estar circunscrita ao espaço escolar e passa a ocupar o campo da representação coletiva dos trabalhadores da educação. A própria professora, ao rememorar esse processo, destaca a distância entre sua origem social e a posição de liderança que viria a ocupar:

Então, eu era uma mulher separada né, hoje chamada mãe solo, eu era professora de periferia lá no Santa Etelvina e eu era do interior. Eu não tinha nada que pudesse me alçar essa condição de ser uma presidenta de sindicato que todos respeitassem, eu dizia isso nas minhas falas, né. Mas terminou que o meu nome foi o nome que ganhou maior adesão pra ser cabeça de chapa. Quando nós definimos que seria eu, aí nós fomos para o processo de formação, processo de construção, então a gente vai estudar, a gente vai passar por debates exaustivos pra se preparar né pra enfrentar o desafio. Eu lembro que, hoje, ah se hoje tivesse isso seria tão interessante, eu tive debate público na televisão (Gomes, 2025).

Assim, a greve de 2005, na qual Doquinha atuou como uma das principais lideranças da categoria, pode ser compreendida como um dos momentos mais significativos de sua trajetória sindical. Mais do que uma paralisação em torno de reivindicações profissionais, o movimento constituiu um espaço de mobilização, negociação e disputa em torno das condições de trabalho dos professores.

Ao rememorar aquela experiência, Doquinha destaca as dificuldades enfrentadas para manter a unidade e a mobilização da categoria durante um movimento prolongado: “Greve, o quanto mais longa, mais difícil de você ganhar e mais dispendioso pra você manter a categoria alinhada” (GOMES, 2025). A fala evidencia não apenas os desafios políticos e organizativos enfrentados pela liderança sindical, mas também a tensão existente entre a necessidade de prolongar a mobilização e os custos que essa permanência impõe aos trabalhadores.

Nesse sentido, o desfecho da greve, marcado pela derrota das reivindicações da categoria, não deve ser compreendido apenas como um fracasso do movimento, mas também como uma experiência que contribuiu para a formação política e sindical de Doquinha. A greve, portanto, constitui um momento fundamental de seu “fazer-se” docente, revelando como a identidade profissional se constrói também na participação coletiva, na luta sindical e nas experiências de conflito e negociação.

Considerações finais

Chegamos ao final deste texto com a compreensão de que a trajetória da professora Raimunda Gomes, conhecida pela categoria dos professores do Amazonas como Doquinha, nos permite refletir sobre o processo de construção da identidade docente no contexto amazonense. A partir de suas narrativas, foi possível perceber como ocorre o “fazer-se” desse trabalhador, compreendido como um processo construído ao longo de diferentes experiências sociais, familiares, profissionais e políticas.

Embora esta análise não pretenda esgotar a temática, esperamos contribuir para o incentivo de novas pesquisas sobre a história do trabalho docente e suas especificidades na Amazônia. A trajetória de Doquinho evidencia, portanto, que o professor se faz trabalhador não apenas no espaço escolar, mas também a partir de suas experiências familiares, de sua inserção no mundo do trabalho e de sua participação nos movimentos sociais e sindicais.

Referências

ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

BATISTA, J. C. **Da lousa à luta: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980**. Curitiba: CRV, 2019.

BATISTA, James da Costa. **Trabalho docente e precarização do professorado da rede pública estadual de ensino no Amazonas (1988-2010)**. 2026. 268 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2026. p. 219.

GARCIA, M. M. A; HYPOLITO, Á. M.; VIEIRA, J. S. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, 2005. p. 45.

OLIVEIRA, Dayse Kelly Barreiros de; MOURA, Ellen Michelle Barbosa de. Marcas da terceirização. **Revista Eixo**, [S. l.], v. 13, p. 109-121, 2024.

**ENTRE A DOENÇA E O PROGRESSO:
a malária como obstáculo ao mundo do trabalho na Amazônia (1880-1930)**

Suriel Julliã de Souza Gomes
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
suriel.ufam@gmail.com

Resumo:

O presente artigo analisa a relação entre as doenças tropicais e o mundo do trabalho na Amazônia durante o ciclo da borracha, entre 1880 e 1930. A partir da análise de periódicos da época e da bibliografia especializada, investiga-se o impacto da malária sobre trabalhadores dos seringais e de grandes obras de infraestrutura, bem como as respostas sanitárias formuladas para enfrentar esse problema. Argumenta-se que a doença constituiu não apenas um desafio médico, mas também um obstáculo econômico para a consolidação da economia gomífera. A importância dessa abordagem, em sala de aula, traz à pauta temas atuais como: endemias, epidemias, migrações, sociedades ribeirinhas, atividades extrativistas, economia, entre outros.

Palavras-chave: História da Saúde; Trabalho; Amazônia.

Abstract:

This article analyzes the relationship between tropical diseases and labor in the Amazon during the rubber boom between 1880 and 1930. Based on newspapers and specialized literature, it examines the impact of malaria on rubber tappers and infrastructure workers, as well as the sanitary responses developed to address the problem. The study argues that malaria represented not only a medical challenge but also an economic obstacle to the expansion of the rubber economy. The importance of this classroom approach is that it brings up current topics such as endemics, epidemics, migrations, riverside communities, extractive activities, economy, among others.

Keywords: History of Health; Labor; Amazon.

Introdução

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a Amazônia vivenciou profundas transformações econômicas impulsionadas pela expansão da economia da borracha. A crescente demanda internacional pelo látex estimulou a migração de milhares de trabalhadores para a região, especialmente nordestinos que buscavam escapar das secas e das dificuldades econômicas em suas localidades de origem.

Todavia, a expansão econômica ocorreu paralelamente à persistência de graves problemas sanitários. As condições de trabalho nos seringais, marcadas pelo isolamento

geográfico, pela precariedade alimentar e pela escassez de assistência médica, favoreceram a disseminação de doenças tropicais. Dentre elas, a malária destacou-se como um dos principais obstáculos à manutenção da força de trabalho e ao desenvolvimento econômico regional.

Nesse contexto, este artigo busca analisar a relação entre a malária e o mundo do trabalho na Amazônia durante o ciclo da borracha, destacando seus impactos sobre os trabalhadores e as respostas sanitárias elaboradas para seu enfrentamento.

A malária e as condições de trabalho na Amazônia

A prosperidade econômica proporcionada pela borracha não significou melhoria das condições de vida para a maioria dos trabalhadores amazônicos. Nos seringais, a rotina era marcada por jornadas exaustivas, alimentação insuficiente e condições sanitárias precárias.

Segundo Schweickardt (2011), a Amazônia da Belle Époque caracterizou-se pela convivência entre riqueza e pobreza, modernização e doença. Enquanto Manaus experimentava um processo de urbanização inspirado em modelos europeus, o interior permanecia marcado pela ausência de infraestrutura básica e assistência médica.

Nesse cenário, a malária tornou-se uma presença constante. A doença afetava diretamente os trabalhadores responsáveis pela extração do látex, reduzindo sua capacidade produtiva e aumentando os índices de mortalidade. Em relatório sobre a região amazônica, Oswaldo Cruz observava que, em diversos seringais, a enfermidade provocava um “morticínio anual” capaz de comprometer o aproveitamento econômico das áreas produtoras (Cruz, 1972, p. 162).

A gravidade da situação também aparece na imprensa. Em correspondência publicada pelo jornal *A Província*, em 1885, um morador de Tefé denunciava a falta de recursos médicos para enfrentar as febres que atingiam a população local, solicitando o envio de medicamentos para o município. O relato evidencia a precariedade da assistência à saúde no interior amazonense e a vulnerabilidade das populações expostas às doenças tropicais.

Doença e produtividade: os limites da economia gomífera

Além dos impactos humanos, a malária produzia consequências econômicas significativas. O adoecimento frequente dos trabalhadores reduzia a produtividade dos seringais, comprometia a extração do látex e elevava os custos associados à contratação de novos trabalhadores para a manutenção da mão de obra.

A relação entre saúde e economia tornou-se particularmente evidente durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Considerada estratégica para o escoamento da produção gomífera, a obra enfrentou sérios problemas decorrentes da elevada incidência de doenças tropicais, que ceifavam a vida dos trabalhadores e inviabilizavam o andamento das obras (Foot Hardman, 1988). Para os trabalhadores, a questão central era a luta por melhores condições de vida e trabalho; para as elites, a preocupação voltava-se para o impacto da doença sobre a economia e a ocupação da região.

Em 1910, o jornal *O Correio do Purús* descrevia a região como marcada por uma "insalubridade calamitosa", responsável por inutilizar trabalhadores e provocar mortes repentinas. A fonte demonstra que as doenças eram percebidas não apenas como um problema sanitário, mas também como um entrave ao progresso econômico e à ocupação da região.

Conforme argumenta Furtado (2007), a empresa produtiva nos trópicos precisou enfrentar o desafio das endemias como condição necessária para sua expansão. No caso amazônico, o combate à malária tornou-se uma questão estratégica, pois seu alastramento era visto como um obstáculo ao progresso e à ocupação da região.

A transformação das concepções sobre a doença

O combate à malária na Amazônia acompanhou as mudanças científicas do período. Durante o século XIX, predominava a teoria dos miasmas, segundo a qual as doenças vinham da decomposição de matéria orgânica. O *Jornal do Amazonas* (1885) atribuía as febres aos igarapés urbanos como "fócos de miasmas que corrompem o ar", reforçando percepções negativas sobre a região.

Os avanços da medicina tropical transformaram esse entendimento. A identificação dos mosquitos como vetores da malária e da febre amarela deslocou o foco para os mecanismos de transmissão. Em 1900, A Federação já divulgava as novas descobertas, recomendando mosquiteiros e proteção contra insetos.

Como argumenta Schweickardt (2011), essa mudança foi além da ciência: as doenças deixaram de ser atribuídas exclusivamente ao clima para serem entendidas como resultado da interação entre vetores, condições sanitárias e organização social.

As respostas sanitárias e a construção da saúde pública

A crescente preocupação com os impactos econômicos das doenças tropicais contribuiu para a formulação de novas estratégias sanitárias no início do século XX. A descoberta dos vetores responsáveis pela transmissão da malária representou uma importante transformação na compreensão científica da doença.

Progressivamente, as explicações baseadas na teoria dos miasmas foram substituídas por ações voltadas ao controle dos mosquitos transmissores. Medidas como drenagem de áreas alagadas, utilização de mosquiteiros e melhoria das habitações passaram a integrar campanhas de profilaxia em diferentes partes da Amazônia.

Nesse processo, destacou-se a atuação de figuras como Alfredo da Mata, médico e sanitarista que dedicou seus estudos ao combate das endemias na região amazônica, bem como de instituições como o Instituto Oswaldo Cruz, responsável pela realização de estudos e pela implementação de ações sanitárias voltadas ao controle das doenças tropicais. Embora os resultados tenham sido limitados diante das dificuldades regionais, essas iniciativas contribuíram para a consolidação da saúde pública brasileira e para o desenvolvimento da medicina tropical.

Ciência, trabalho e desenvolvimento econômico

A percepção dos impactos econômicos provocados pela malária estimulou a ampliação das campanhas sanitárias na Amazônia durante as primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, destacaram-se as ações conduzidas pelo Instituto Oswaldo Cruz e pela Fundação Rockefeller, instituições que desempenharam papel importante na formulação de estratégias voltadas ao combate das doenças tropicais. A atuação dessas organizações estava para além do bem-estar e da saúde populacional, pois muitas vezes eram subsidiadas por capital estrangeiro, como no caso do médico norte-americano Dr. Thomas, que atuou na região a serviço da Fundação Rockefeller (Santos, 2008).

Assim, as campanhas sanitárias passaram a incluir ações de controle de vetores, distribuição de medicamentos, educação sanitária e melhorias nas condições habitacionais. Embora muitas dessas iniciativas tenham enfrentado limitações impostas pelas características geográficas da Amazônia, elas contribuíram para consolidar as bases da saúde pública brasileira e para fortalecer a medicina tropical como campo de conhecimento científico.

A partir dessas experiências, tornou-se cada vez mais evidente que o enfrentamento das doenças tropicais não dependia apenas de tratamentos médicos, mas também de

intervenções sobre as condições de vida e trabalho da população. Nesse sentido, saúde e desenvolvimento passaram a ser compreendidos como elementos profundamente interligados.

Ciência, trabalho e ensino de História

A história da malária na Amazônia oferece importantes possibilidades para o ensino de História na educação básica, especialmente em escolas ribeirinhas, onde a realidade das endemias ainda é presente. Ao estudar o período da borracha, os alunos estabelecem conexões entre passado e presente, compreendendo que problemas como a falta de assistência e isolamento persistem em suas comunidades (Marinho, Nery, 2023).

O ensino de História, nesse contexto, assume um papel crítico ao problematizar as desigualdades históricas da região. A discussão sobre a exploração nos seringais e a negligência do poder público permite que os alunos desenvolvam uma consciência histórica situada, reconhecendo-se como sujeitos de uma história em curso (Oliveira, 2021). Além disso, a temática pode ser abordada de forma interdisciplinar, articulando História, Ciências e Geografia.

Dessa forma, o estudo da malária e do trabalho na Amazônia torna-se uma ferramenta pedagógica para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender seu lugar no mundo e de lutar por transformações em suas realidades.

Considerações finais

A análise da relação entre malária e trabalho na Amazônia demonstra que as doenças tropicais exerceram papel fundamental na história regional durante o ciclo da borracha. Mais do que um problema médico, a enfermidade afetou diretamente a produtividade econômica, a organização do trabalho e os projetos de modernização implementados na região, comprometendo a força de trabalho dos seringais e de grandes empreendimentos como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Ao mesmo tempo, a persistência da malária estimulou a formulação de políticas sanitárias e o fortalecimento das instituições científicas brasileiras. Dessa forma, o estudo das doenças tropicais contribui para compreender não apenas a história da saúde, mas também as relações entre trabalho, economia e sociedade na Amazônia entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Referências

A PROVÍNCIA: Órgão das Ideias Democráticas e dos Interesses do Comércio (AM). Manaus, 27 set. 1885.

CRUZ, Oswaldo. **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: Daou, 1972.

FOOT HARDMAN, Francisco. **Trem fantasma:** a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares, NERY, Ana Karoline de Freitas. As abordagens do campo de História da Saúde no ensino básico de História. **Outros Tempos**, v. 20, n. 36, 2023.

O CORREIO DO PURÚS. Lábrea, 24 jul. 1910.

OLIVEIRA, Thayane Lopes. A história das doenças nas aulas de História: uma abordagem possível. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 20, p. 33-50, 2021.

SANTOS, Francisca Deusa S. **"Onde viver é uma ameaça":** a saúde pública no Amazonas (1900-1930). Manaus: EDUA, 2008.

SCHWEICKARDT, Júlio César. **Ciência, nação e região:** as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas (1890-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

**O TRABALHO AGRÍCOLA COMO PROJETO DE EXPANSÃO TERRITÓRIAL NOS
PRIMEIROS DECRETOS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E LOCALIZAÇÃO
DOS TRABALHADORES NACIONAIS (1910-1911)**

Eduardo Abrantes Gouvea Neto
Mestrando em História (PPGH/UFAM)
eduardoabrantesufam@gmail.com

Resumo:

O artigo examina a construção do conceito de trabalho nos primeiros regulamentos do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), de 1910 e 1911, como parte de um projeto mais amplo de expansão territorial e controle social do Estado brasileiro. A análise comparativa e qualitativa da legislação, permitiu ver como o trabalho foi institucionalizado como ferramenta de “assistência” e “integração”, visando tanto a sedentarização de populações indígenas quanto a fixação de trabalhadores nacionais em núcleos agrícolas. O artigo apresenta que a “autonomia” dos trabalhadores estava condicionada à produtividade e à disciplina, servindo como mecanismo para expandir fronteiras econômicas. Por fim, o texto propõe uma reflexão sobre o potencial desses decretos como fontes didáticas para desconstruir visões eurocêntricas sobre o trabalho na sala de aula.

Palavras-chaves: Trabalho; SPILTN; Legislação.

Abstract:

The article examines the construction of the concept of work in the first regulations of the Service for the Protection of Indians and the Settlement of National Workers (SPILTN), enacted in 1910 and 1911, as part of a broader project of territorial expansion and social control by the Brazilian State. The comparative and qualitative analysis of the legislation revealed how labor was institutionalized as a tool for "assistance" and "integration," aiming both at the sedentarization of indigenous populations and the settling of national workers in agricultural centers. The article argues that the workers' "autonomy" was conditional upon productivity and discipline, serving as a mechanism to expand economic frontiers. Finally, the text proposes a reflection on the potential of these decrees as didactic sources for deconstructing Eurocentric views on labor within the classroom.

Keywords: Labor; SPILTN; Legislation.

Introdução

O Serviço de Proteção ao Índio de Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado na primeira metade do século XX, foi um órgão estatal voltado à integração forçada das populações indígenas à “civilização” republicana. Essa integração se dava pela pacificação e sedentarização, subordinando os indígenas ao Estado e classificando-os como relativamente incapazes (Lima, 2015, p. 429-431). Essa lógica assimilacionista está expressa

nos primeiros decretos do SPILTN, que instituíam ações de “assistência”. No âmbito do trabalho, as disposições visavam à “modernização” do modo de vida indígena por meio da criação de “centros agrícolas”, onde os “trabalhadores nacionais” deveriam se fixar para alcançar autonomia rural, condição que o decreto associava à emancipação territorial. Por fim, o texto sinaliza que a discussão sobre o trabalho indígena tem sido cada vez mais aprofundada e problematizada em diferentes contextos historiográficos.

Nessa ótica, a obra de Marcel van der Linden (2013) propõe reorientar a história do trabalho superando o eurocentrismo e o nacionalismo metodológico. Ele defende a ampliação do escopo para além do trabalhador assalariado, urbano e sindicalizado, incorporando diferentes formas de trabalho, relações de gênero, contextos familiares e conexões transnacionais entre trabalhadores de diversas regiões, sem deixar de considerar a complexidade das fontes históricas (Linden, 2013, p. 21). O conceito de trabalho, portanto, é marcado por particularidades históricas e geográficas. Ademais, se faz necessário compreender a complexidade em torno das fontes analisadas.

Embora a historiografia contemporânea busque restaurar a agência dos sujeitos indígenas, os documentos oficiais do SPILTN devem ser lidos como narrativas projetadas para articular um projeto estatal específico. Seus regulamentos não se limitavam a normatizar o contato e a fixação de trabalhadores; inventavam categorias, disciplinavam corpos e tempos, e ensaiavam uma resposta para a antiga questão colonial de converter populações “atrasadas” em agentes da ocupação territorial e da exploração econômica. É essa estrutura normativa que o artigo se propõe a examinar.

Trabalho, assistência e expansão das fronteiras agrícolas no SPILTN

Instituído em um contexto de diversas transformações sociais, o SPILTN surge como uma tentativa do Estado brasileiro em centralizar as políticas sobre os povos indígenas sob sua responsabilidade. Além de estabelecer diversos regulamentos, o serviço agia como controle político e social ligado a interesses militares, positivistas e de elites políticas (Lima, 1995, p. 113-118). Materializando essa visão, o primeiro decreto do SPILTN – instituído pelo presidente Nilo Peçanha (1867-1924) – implementa no seu primeiro artigo que o serviço tem como seu objetivo:

a) prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados [...] b) estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananciais ou cursos de água e meios fáceis e regulares de comunicação, centros agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais que satisfaçam as exigências do presente regulamento.

As disposições do artigo citado demonstram as bases do projeto estabelecido pelo serviço em estabelecer relações com os povos indígenas e promover o desenvolvimento dos centros agrícolas que serão ocupados pelos trabalhadores nacionais. Pode-se observar em ambos os regulamentos (1910-1911), que a “assistência” destinada aos indígenas em conjunto do estabelecimento dos trabalhadores, são colocadas como formas de estabelecer controle e ordem. Logo, nota-se a centralidade do Estado com as ações destinada aos povos indígenas, principalmente sobre trabalho, que se reforça frequentemente ao longo dos decretos. Em questão de exemplo, o inciso 10º do decreto de 1911, estabelece que seja aplicável por meio da “assistência”, “ministrar-lhes os elementos ou noções que lhe sejam aplicáveis, em relação às suas ocupações ordinárias”. As “ocupações ordinárias” se relacionam ao trabalho que os indígenas exerciam em suas terras, em especial a cultura. A assistência, articulada à noção de trabalho, serviu como meio indireto para introduzir o conceito de “trabalho moderno” entre os indígenas. Os decretos de 1910 e 1911 são idênticos nas diretrizes, diferindo apenas pelo maior detalhamento, em 1911, sobre a aplicação do trabalho para os “trabalhadores nacionais” (grupo que incluía os indígenas) nos centros agrícolas.

Essa dinâmica é exemplificada pela pesquisa de Dárcya Araújo (2024) que investiga a atuação do SPILTIN na implantação e no funcionamento do PI Nísia Brasileira entre os Potiguara, na Baía da Traição/Paraíba. A autora aponta que há uma reelaboração das práticas indígenas para uma lógica de produção alinhada aos interesses de elites fundiárias, expandindo fronteiras para os sertões do país (Araújo, 2024, p. 96). Ao converter práticas nativas em trabalho regulado, o SPILTIN subordinou os indígenas à lógica do capital agrário, expandindo as fronteiras agrícolas e a nacionalização.

Esses centros agrícolas possuem características similares às terras estabelecidas para atração dos povos indígenas mencionado anteriormente. Segundo o artigo 23, os centros “serão estabelecidos em boas terras de cultura, apropriadas a lavoura mecânica, dotadas de perfeitas condições de salubridade, de mananciais ou cursos de água potável, servidas de meios fáceis de comunicação e próximas dos mercados consumidores”. Acrescentando-se

que no artigo 24 é indicado que estes locais sejam implantados em territórios de estradas de ferro:

O Governo promoverá, desde já, a fundação de um ou dois centros agrícolas, em cada um dos Estados em que julgar conveniente, inclusive o Distrito Federal, devendo sempre ser preferidas para esse fim zonas cortadas por estradas de ferro da União, e que reúnam os requisitos exigidos pelo artigo anterior.

Diante desse critério locacional, levanta-se a hipótese de que o Estado, ao priorizar zonas cortadas por estradas de ferro, visava reduzir os custos de escoamento da produção agrícola e garantir a rápida integração desses centros aos mercados consumidores, assegurando, assim, a viabilidade financeira do projeto (Silveira, 2003, p. 164-205). Essa lógica de planejamento, contudo, não se restringia à infraestrutura de circulação, mas articulava-se a um projeto mais amplo de organização da produção e de nacionalização da força de trabalho nos núcleos agrícolas.

Tal nacionalização é explorada de maneira idêntica em ambos os decretos, com objetivo central de estabelecer uma rede de produtividade nos centros agrícolas oferecidos pelo SPILTN, para que posteriormente os trabalhadores destes centros exerçam com autonomia atividades produtivas nesses locais. Essa autonomia é detalhada especialmente no artigo 54 do decreto de 1911, onde é dito que:

Art. 54. A criação e emancipação de Centros Agrícolas serão feitas por decretos. [...] § 1º A emancipação de cada Centro terá lugar quando houverem sido expedidos a todos os concessionários de lotes os títulos definitivos de propriedade, ou antes disso, si for conveniente. [...] § 2º Decretada a emancipação, observar-se-á, em relação aos Centros Agrícolas, o disposto nos arts. 228 e 230 do regulamento anexo ao decreto n. 9.081, de 3 de novembro de 1911.

Essa emancipação apontada no artigo é um ato formal pelo qual o centro deixa de ser administrado pelo SPILTN. Após isso, o centro passa a ser regido pelas normas gerais de colonização particular (arts. 228 e 230 do regulamento do Decreto n. 9.081/1911). Pode-se inferir que essa prática de elaboração de centros agrícolas com trabalhadores com características específicas tenha sido usada como ferramenta para controle e expansão da influência do governo sobre as populações mais fragilizadas. Ao se integrarem ao serviço público, esses agentes impulsionavam a agricultura estatal e ampliavam a ocupação sobre as terras indígenas.

Desnaturalizando noção de trabalho: desconstruindo a tutela estatal pelo viés do trabalho

Tradicionalmente, o ensino de História no Brasil estruturou a temática do trabalho a partir de um viés profundamente eurocêntrico e urbano-industrial. Nos currículos e manuais didáticos, a história do trabalho costumava ser contada por meio da experiência do operariado fabril europeu, dos movimentos sindicais e, no caso brasileiro, da imigração e da abolição da escravidão, relegando as populações indígenas a um papel meramente coadjuvante ou, quando muito, associado a um passado colonial remoto. Nessa narrativa, as práticas produtivas nativas foram sistematicamente invisibilizadas, quando não tratadas como “obstáculos” ao progresso ou como evidências de uma suposta incapacidade para o trabalho “civilizado” ou dito como “moderno”.

Diante disso, as pesquisas sobre os mundos do trabalho indígena ganham destaque e ampliam o debate no ensino de História, indo além da historiografia tradicional. Os decretos de regulamentação do SPILTN (1910-1911) são apresentados como fontes didáticas potentes, pois evidenciam o protagonismo do indígena no projeto estatal de expansão territorial e econômica, revelando práticas de apagamento e “integração passiva”. Esses documentos demonstram o esforço do Estado em transformar lógicas produtivas autônomas e comunitárias em força de trabalho regulada e voltada ao mercado, subordinada à ocupação das fronteiras agrícolas. Ao utilizar essas fontes em sala de aula, desnaturaliza-se a categoria “trabalho”, compreendendo-a como um dispositivo histórico de poder, disciplinamento e assimilação, e não como algo universal ou neutro. Assim, o ensino de História promove uma descolonização do olhar, desconstruindo estereótipos de ociosidade ou atraso e reafirmando os indígenas como sujeitos históricos com lógicas econômicas próprias, impactadas pela ação estatal. Por fim, a abordagem conecta o passado dos decretos às questões contemporâneas, como a demarcação de terras e os projetos de desenvolvimento para a Amazônia, estimulando a reflexão sobre permanências e rupturas nas políticas indigenistas.

Considerações finais

Os decretos de 1910 e 1911, sob o pretexto de “assistência”, visavam moldar os indígenas em trabalhadores produtivos de larga escala nos núcleos coloniais, indo além da gestão administrativa para instituir uma lógica de instrução produtiva. As disposições legais operavam em dois planos interligados: de um lado, buscavam deslocar as lógicas produtivas indígenas – organizadas por ciclos rituais, parentesco e necessidades comunitárias – para o

cultivo de excedentes destinados ao mercado, introduzindo ferramentas, animais e práticas agrícolas alinhadas aos interesses de grupos das camadas superiores e à expansão de fronteiras. De outro, reforçava-se o papel do trabalho para que esses indivíduos tivessem acesso à terra, condicionando o uso dos centros agrícolas à produtividade, à moralidade e à disciplina, sob ameaça de exclusão. As diferenças entre os decretos revelam um esforço de aperfeiçoamento do controle estatal e de ampliação da influência, com medidas que visavam estabelecer autonomia para os núcleos coloniais. Para o ensino de História, esses documentos evidenciam as práticas nocivas do projeto estatal de expansão territorial, desnaturalizando a categoria “trabalho” como dispositivo histórico de poder e disciplinamento, e reafirmando os indígenas como sujeitos históricos com lógicas econômicas próprias.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Dárcya Jeanne Silva de. "E de todo esse trabalho, resulta que o índio torna-se um índio melhor": a tutela estatal e a atuação do SPI entre os Potiguara na Paraíba. **História Unicap**, Recife, v. 11, n. 21, p. 95-116, 2024. DOI: 10.25247/hu.2024.v11n21.p95-116. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/2994>. Acesso em: 30 julho 2026.

COLLET, Celia Letícia Gouvêa. **Ritos de Civilização e Cultura: a escola bakairi**. 2006. 367 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI**. Mana: Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 425-457, ago. 2015.

LINDEN, Marcel van der. Quem são os trabalhadores? In: LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

SILVEIRA, Márcio Rogério. A FORMAÇÃO SOCIAL DA REGIÃO SUL: BASES GEOGRÁFICAS DO POVOAMENTO E CONSOLIDAÇÃO FERROVIÁRIA. In: **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil**. 2003. 453 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003, p. 164 – 205.

Fontes

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada - **Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910**. Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. Diário Oficial –24/6/1910, Página 4788 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada - **Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911**. Dá novo regulamento ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Diário Oficial da União – Seção 1 – 31/12/1911, Página 16996 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9214-15-dezembro-1911-518009-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 de jul. de 2026.

**IMPRENSA, RESISTÊNCIA E ENSINO DE HISTÓRIA:
A Colônia Cearense por meio do Jornal *Pátria*³**

Daniel Barros de Lima

Doutor em Teologia (PPG-EST)

Professor da Universidade do Estado do Amazonas/CEST

dblima@uea.edu.br

Resumo:

O artigo analisa as representações do migrante nordestino na imprensa amazonense durante o ciclo da borracha. Focando no jornal *Pátria* (1898-1899), investiga-se como o periódico, órgão da colônia cearense, construiu um discurso de resistência contra a exploração do sistema de trabalho nos seringais, revelando protagonismo de trabalhadores historicamente silenciados pelas narrativas oficiais. Sob a ótica da "história vista de baixo" (Thompson) e análise dos jornais (Luca) demonstra-se que o periódico operou como um espaço de denúncia. Por fim, o *Pátria* pode servir como recurso pedagógico ao ensino de História.

Palavras-chave: Imprensa. Seringueiros. Trabalho.

Abstract:

The article analyzes the representations of Northeastern migrants in the Amazonian press during the rubber boom. Focusing on the newspaper *Pátria* (1898-1899), it investigates how the periodical, an organ of the Ceará colony, built a discourse of resistance against the exploitation of the labor system in the rubber estates, revealing the protagonism of workers historically silenced by official narratives. Through the perspective of "history from below" (Thompson) and press analysis (Luca), it demonstrates that the periodical operated as a space for denunciation. Finally, the *Pátria* can serve as a pedagogical resource for teaching History.

Keywords: Press. Rubber tappers. Labor.

Introdução

O artigo tematiza as representações do migrante nordestino na imprensa amazonense durante a virada do século XIX para o XX, no pleno vigor da economia gomífera na região. A problemática gira em torno de compreender como o jornal *Pátria*, autodeclarado órgão da colônia cearense, construiu um discurso de resistência, identidade e solidariedade em contraposição às narrativas oficiais e patronais vigentes em Manaus nesse período.

³ O texto aqui apresentado é fragmento adaptado e extraído da dissertação intitulada "Representações do seringueiro na imprensa amazonense: cotidiano e vivências no mundo da borracha (1890-1920)".

Utilizamos nesse estudo as contribuições da História Social inglesa, reconhecida como a “história vista de baixo”, e o conceito de experiência de Edward P. Thompson, articulados aos estudos das chamadas representações (Chartier, 1990). A relevância desta abordagem reside na necessidade de transcender a historiografia clássica da borracha, que frequentemente relegou o seringueiro à condição de mero dado estatístico ou de vítima inerte.

Ao deslocar o eixo de análise para a imprensa periódica, torna-se possível romper com o silêncio em torno das classes subalternizadas do trabalho, iluminando as vivências e as estratégias de resistência desses sujeitos históricos.

O periodismo no Amazonas como espaço de representação

Na segunda metade do século XIX, a região amazônica partilhou de um grande frenesi de produção periódica, responsável pelo aparecimento de mais de 500 títulos de jornais nos cem primeiros anos de existência da imprensa local (Pinheiro, 2015). Inicialmente, esses jornais operavam sob uma característica eminentemente oficialista, limitando-se sobretudo à publicação de atos governamentais. Contudo, esse caráter monolítico foi dando lugar a diversificações, fruto de sua inequívoca penetração nos mais diversos segmentos sociais.

Essa diversidade está relacionada aos sujeitos que vinham se formando por causa da efervescência da economia da borracha. Havia diversos deslocamentos de populações, que permitiram uma sensível incorporação de diferentes classes, não necessariamente envolvidas diretamente com o trabalho extrativista. Nesse cenário, a imprensa deixou de ser um mero espelho passivo da realidade para se firmar como um espaço ativo de representação e de disputas. Maria Luíza Pinheiro (2015, p. 20) afirma que “assumindo interesses de grupos e facções, o discurso jornalístico possibilita a percepção das tensões e conflitos que permeiam a própria sociedade”, já que ele próprio é fruto dessas tensões e conflitos.

É fundamental distinguir a chamada grande imprensa, que em geral defendia os grupos detentores do poder político e econômico, da imprensa alternativa, que muitas vezes optava por um discurso de contraposição ao poder. O historiador atento aos estudos sobre a imprensa, busca quebrar a visão preconceituosa de um discurso único. Tais periódicos muito têm contribuído para pôr fim ao “silêncio documental” (Pinheiro, 2015, p. 19) sobre os segmentos populares, especialmente sobre os trabalhadores urbanos e rurais pobres.

Para enfrentar essas fontes, utilizamos a análise preconizada por Tania Regina de Luca (2013), que adverte sobre a necessidade de investigar os porquês de a imprensa selecionar, ordenar e narrar a notícia de determinada forma. É exatamente nas margens

desse periodismo de resistência e de afirmação identitária que emerge o jornal *Pátria*, um porta-voz singular das vivências, dos dramas e das lutas da colônia cearense no Amazonas.

Um jornal da Colônia Cearense: *O Pátria*

O jornal *Pátria* circulou na cidade de Manaus entre os anos de 1898 e 1899 com o seguinte subtítulo: “Órgão da colônia cearense”. Seu diretor foi Antônio Bezerra de Menezes, um importante jornalista que em sua juventude participara do movimento abolicionista no Ceará. O periódico surge do interesse comum de nordestinos que se mostravam preocupados com a situação de seus conterrâneos. No primeiro número, o jornal externa suas intenções:

A causa que esposamos, longe de ocultar interesses menos dignos e injustificáveis [...] traduz verdadeiramente o empenho que nos preocupa, de congregar, num só pensamento de elevação moral e material, os cearenses disseminados pelas vastas regiões deste Estado (*Pátria*, 1 out. 1898).

O jornal reitera que sua causa é congregar os nordestinos da região. O periódico abordou as razões dessa intensa migração, tomando como marco a devastadora seca de 1877 no Ceará, que forçou “os filhos daquela desventurada região a virem pedir a Amazônia o agasalho e amparo”. Atraídos pelas “descrições risonhas e encantadoras que das riquezas do grande rio fazem os que ao lar regressam” (*Pátria*, 1 out. 1898), milhares buscaram um pretenso “El Dourado”.

O *Pátria* também realizava um esforço constante para elevar a moral de seus leitores, criando uma identidade glorificada do trabalhador imigrante. Em um artigo da coluna “Estudos sobre o Ceará e os cearenses”, o redator elogia o perfil desse sujeito que, “sóbrio, afeito ao trabalho pesado para conseguir o pão de cada dia, é educado desde criança na escola da adversidade e do sofrimento” (*Pátria*, 6 out. 1898). O intuito era irmanar todos os cearenses sob laços de solidariedade comum em terra estranha.

Apesar de seu foco, o periódico não era exclusivista. Suas páginas denunciavam frequentemente as mazelas da sociedade manauara como um todo, desde epidemias de varíola nos rios até a falta de saneamento básico e higiene em instituições públicas, provando que a colônia reivindicava também o seu espaço na cidadania urbana.

Em sua pesquisa, Erivonaldo Oliveira (2010) levantou a diversidade de assuntos que o jornal colocou em circulação. O diário sempre expôs em suas páginas as mazelas da sociedade manauara, embora de forma moderada e conciliadora, como no caso em que se denunciou a falta de higiene do hospício Eduardo Ribeiro, onde os doentes ao invés de

receberem tratamento, morriam não de loucura, mas de beribéri. Assim, o periódico alertava à secretaria responsável e cobrava medidas para a melhoria daquele estabelecimento. Após chamar a atenção para o fato, o periódico encerrava o apelo lembrando: “não queremos com isso magoar ao ilustre secretario, apenas pedimos-lhes que lance suas vistas para aquele estabelecimento digno de melhor local para recolher os alienados” (*Pátria*, 13 dez. 1898).

O jornal *Pátria*, a despeito de quaisquer explicações que justificasse as muitas demandas que afetava as classes populares, esteve sempre presente como um veículo que denunciava o descaso e as injustiças em muitas esferas da sociedade amazonense. Assim, em seu segundo número, publicou: “há meses reina a epidemia de varíola no Purus e seus afluentes, e para debelar tão terrível moléstia urge que se tome alguma providencia” (*Pátria*, 2 out. 1898). Em seu quinto número, faz um apelo contra a falta d’água: “Os moradores das ruas 7 de Dezembro e Oriental queixam-se da falta d’agua há dois dias. Pede-se providencias ao Sr. Dr. Van Hulle” (*Pátria*, 5 out. 1898).

Dois pontos merecem destaque, primeiro o fato de que o periódico tentou cumprir o que prometia fazer, levando ao conhecimento público qualquer ideia ou notícia que, boa ou ruim, fosse considerada justa. Segundo, ao discutir tais questões demonstrava não se preocupar exclusivamente com as questões do mundo da borracha, já que também buscava dar atenção a muitas outras demandas na cidade.

O Mundo do Trabalho: A representação do Seringal e do Seringueiro

O jornal *Pátria* também noticiava o mundo da borracha ao destacar nordestinos que obtiveram sucesso e se tornaram proprietários de seringais. A boa relação entre o periódico e essa elite local ficava evidente em notas de prestígio: “Visitou-nos o nosso patricio e amigo Jose Gomes de Moura Martins, proprietário do seringal Cantagallo, no Rio Purus, o qual seguirá em breve para a praça do Pará” (*Pátria*, 6 out. 1898). O registro dessa visita, ocorrida estrategicamente durante a invernada de outubro, quando as chuvas interrompiam a extração do látex, ilustra a estreita rede de sociabilidade e influência entre os editores e os conterrâneos enriquecidos no Amazonas.

Como o periódico servia aos interesses de um grupo social com origens comuns, suas páginas traziam representações de diferentes classes do mundo da borracha. Se por um lado o jornal noticiava com prestígio a visita à redação de nordestinos abastados que eram proprietários de seringais, por outro, não se furtava de escancarar o drama da grande massa

trabalhadora. Na matéria intitulada “Nós”, o periódico constrói um panorama assustador do sistema de aviação:

Começa aqui o terrível desengano. Quando esses infelizes não encontram a morte nos rigores dos seringais em vez da fortuna que tão deliciosamente sonharam, roubam-lhe desalmados vampiros grande parte do produto do seu trabalho e mais a honra [...] Além do exageradíssimo preço dos gêneros de primeira necessidade lança-se-lhes ainda 20, 30% sobre toda a importância, que será descontada do que tiverem produzido de borracha [...]. Muitos, sabe-se por aqui, passam vida mais miserável que a do antigo escravo, e, no entanto, nós estamos felizmente em pleno domínio da liberdade... só queremos que se nos faça justiça e que sejam respeitados os nossos direitos (Pátria, 1 out. 1898).

Percebe-se, de modo explícito, a denúncia da imensa contradição social produzida na esfera do trabalho. Os migrantes não apenas eram enganados, como eram submetidos a formas de trabalho brutais. Chama a atenção que o periódico reitere o “pleno domínio da liberdade”, ressaltando que, uma década após a abolição da escravatura, o Estado brasileiro não havia integrado o trabalhador livre dignamente. O ranço escravocrata continuava cristalizado no comportamento patronal dentro dos seringais amazônicos, tratando o endividado seringueiro como um cativo. A precariedade estendia-se também à saúde e à nutrição. O jornal descreve a dura realidade material do trabalho extrativista:

A vida que levam esses exploradores é cercada de privações de toda a natureza. Mal alimentados, porque toda a sua alimentação se reduz a pirucu seco e farinha d'água; expostos a febres intermitentes e paludosas que os dizimam as vezes por famílias inteiras; [...] voltam ao lar tão pobres quanto saíram, representando assim o papel de verdadeiras máquinas de trabalho para uso alheio (Pátria, 11 nov. 1898).

Este quadro coaduna com a necessidade de resgatar a experiência operária proposta por Edward P. Thompson (2012). Thompson passou a dar voz a essas trajetórias, observando que o reconhecimento das vivências de opressão na esfera social e cultural é o que permite aos indivíduos a formulação de laços de solidariedade. O jornal *Pátria*, em sua dimensão pedagógica e discursiva, operou justamente na tentativa de organizar essa percepção coletiva, clamando contra o patronato que reduzia os cearenses a “máquinas de trabalho”.

Ao mesmo tempo, as páginas do *Pátria* também veiculavam o discurso progressista que ofuscava essa exploração. Havia espaço para o deslumbramento com a modernidade que transformava a cidade, descrevendo que “Manaus caminha com a força irresistível do ciclone; ninguém pode parar o carro triunfal de seu estupendo engrandecimento” (Pátria, 1 mar. 1899). Contudo, essa modernidade erguida com serviços de telefone e bonde elétrico,

era uma "Ilusão do Fausto" (Dias, 2007). A grande imprensa louvava a ordem pública, enquanto jornais "nânicos", como o *Pátria*, tentavam expor as zonas de sombra da miséria do trabalho que financiava aquele progresso.

O Jornal *Pátria* e o Ensino de História: a imprensa como recurso pedagógico

A utilização de fontes primárias impressas, como o jornal *Pátria*, no ensino de História representa uma estratégia pedagógica fundamental para desconstruir narrativas ainda presentes nos livros e materiais didáticos tradicionais. Ao levar as páginas deste periódico para a sala de aula, o professor de História instrumentaliza o método e os alunos passam a compreender a imprensa como um campo ativo de disputas de poder e de representações ainda hoje, aliás, principalmente hoje. A leitura atenta dessas matérias permite aos alunos exercitarem a análise documental preconizada pela historiografia, podendo questionar os silêncios da "história oficial" e, sobretudo, os fazendo perceber como os discursos da imprensa e das mídias em geral selecionam, ordenam e constroem suas verdades.

No que se refere diretamente ao conteúdo aqui trabalhado, as denúncias publicadas contra o sistema de aviação nos seringais oferecem uma oportunidade ímpar para discutir em sala de aula as relações e a exploração do trabalho na Amazônia. É possível confrontar o mito da modernidade manauara do ciclo da borracha com as injustiças descritas nas páginas do *Pátria* e os alunos poderão visualizar as grandes contradições desse período. Essa abordagem, alinhada sobretudo à "história vista de baixo", humaniza o processo de ensino ao retirar o seringueiro da condição de mero dado econômico ou vítima inerte, devolvendo-lhe o *status* de sujeito histórico ativo que resiste e denuncia suas condições de precariedades.

Por fim, inserir a história da colônia cearense e sua imprensa de resistência no ambiente da Escola possui um profundo potencial formativo e de afirmação identitária. A sala de aula torna-se um laboratório de reflexão sobre os processos migratórios, o pertencimento e a alteridade, que ainda são temas contemporâneos e que urge conscientizar os alunos como os futuros trabalhadores do país. O jornal *Pátria* torna-se um "porta-voz" das vivências subalternas, e dessa fora, os estudantes passam a reconhecer a agência das classes trabalhadoras na formação socioeconômica da região, compreendendo que a História local também foi, e continua sendo forjada pelas vozes dissonantes que ousaram desafiar as estruturas de opressão do seu tempo.

Considerações Finais

A formação da imprensa no Amazonas demonstra que os periódicos impressos foram muito além de meros diários oficiais de uma elite ávida por ostentar os lucros da borracha. O periodismo regional constituiu-se em um vibrante e diversificado espaço de disputas de poder, de ensino e de construção de sentidos. A transição de uma imprensa de caráter estritamente áulico para o surgimento de periódicos alternativos evidencia uma sociedade plural, tensionada por profundas desigualdades no mundo do trabalho.

A análise do jornal *Pátria* revela que a migração da colônia cearense superou os limites da selva e se articulou como um fenômeno político e social. Ao se afirmar como o principal órgão dessa colônia, o jornal operou não apenas como um veículo de integração e pedagogia, mas como um contraponto contundente às narrativas patronais.

Ao denunciar a escravização por dívidas gerada pelo aviamento e as condições miseráveis dos seringueiros, o periódico legou à posteridade uma valiosa representação da luta e da resistência desses trabalhadores. Trazer essas fontes primárias para o debate em dossiês focados no mundo do trabalho e do ensino reforça o compromisso fundamental da historiografia: subverter a visão de um sujeito passivo e continuar lançando novas luzes sobre as vozes subalternas que, dia após dia, forjaram a complexa teia social e econômica da Amazônia.

Referências

AVELINO, Alexandre Nogueira. O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919). **Dissertação de Mestrado**. UFAM: Manaus, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: DIFEL, 1990.

DIAS, Ednéa Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus (1890-1920)**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Orgs). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, Erivonaldo Nunes de. A Imigração Nordestina na Imprensa Manauara (1877-1917). **Dissertação de Mestrado**. Manaus: UFAM, 2010.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)**. 3. ed. Manaus: EDUA, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2012.

Periódicos

Pátria. Manaus, 01 de Março de 1899.

Pátria. Manaus, 01 de Outubro de 1898.

Pátria. Manaus, 02 de Outubro de 1898.

Pátria. Manaus, 05 de Outubro de 1898.

Pátria. Manaus, 06 de Outubro de 1898.

Pátria. Manaus, 11 de Novembro de 1898.

Pátria. Manaus, 13 de Dezembro de 1898.

**AS MENINAS TRABALHADORAS QUE ERAM A BASE
ECONÔMICA DE MANAUS APÓS AS ‘FOLIAS DO LÁTEX’**

Betsy Bell Praia Moraes

Mestranda em História (PPGH/UFAM)

betsybell10@gmail.com

Resumo:

O presente artigo examina a inserção de meninas trabalhadoras subalternizadas, sendo muitas delas indígenas, caboclas, negras e mestiças, como sustentáculo silencioso da economia urbana de Manaus na década de 1920, período imediatamente posterior ao auge da economia da borracha. A partir de fontes primárias, é demonstrado que essas meninas compunham o núcleo invisível do trabalho doméstico, do comércio ambulante e dos serviços informais que mantinham a cidade em crise, em funcionamento. Uma temática instigante e ao mesmo tempo atual, que surge como proposta para realizar dinâmicas em sala de aula, com questões sobre trabalho, gênero, raça, direitos, entre outros.

Palavras-chave: Meninas trabalhadoras; trabalho infantil; pós-auge da borracha.

Abstract:

This article looks at the role of working girls in subordinate positions—many of them Indigenous, mixed-race, Black, or brown—as the silent backbone of Manaus' urban economy in the 1920s, right after the rubber boom. Using primary sources, it shows that these girls formed the invisible core of domestic work, street vending, and informal services that kept the city running despite its crisis. It's an engaging and still relevant topic, and it comes up as a proposal for classroom activities, with questions about work, gender, race, rights, and more.

Keywords: Hardworking girls; child labor; post-rubber boom.

Introdução: a cidade que sobreviveu no improviso

O fim do auge da economia da borracha não significou o fim de Manaus. Significou, antes, a reinvenção cotidiana de sua sobrevivência e essa readequação foi feita, em grande medida, por mãos que a história oficial preferiu não destacar: as mãos de meninas trabalhadoras. Indígenas arrancadas de suas comunidades, caboclas migrantes do interior, meninas mestiças provenientes das camadas mais pobres da sociedade amazonense, todas elas ocupavam uma posição que o censo tentou apagar e que a imprensa da época apenas registrava quando o escândalo se tornava incontornável.

A Manaus que emergiu após 1912, quando a produção asiática de borracha consolidou o colapso da economia gomífera, era uma cidade que havia perdido seu esplendor, mas não

havia perdido sua população. Como assinala o historiador José Aldemir de Oliveira (2003), a crise do modelo extrativista não interrompeu a circulação de pessoas; ao contrário, produziu deslocamentos, reacomodações e novas estratégias de sobrevivência, sobretudo entre as mulheres das camadas populares. Nesse contexto, a presença das meninas no mundo do trabalho virou central.

O Recenseamento Geral do Brasil de 1920 (CENSO GERAL DO BRASIL, 1920) registrou, no Amazonas, 29.430 mulheres na categoria “profissão não declarada”. Desse total, 13.549 tinham até 14 anos de idade. Os demais números apresentam ainda 4.255 mulheres, com idade de 15 a 20 anos. Esse número expressivo é uma ausência de reconhecimento e não deve ser lido como ausência de trabalho. O que acontecia, na verdade, era que essas meninas que apareciam nessa categoria estavam inseridas em trabalhos não remunerados dentro de casas, em serviços domésticos encobertos por abuso contratual. Eram elas as chamadas “agregadas”, “afilhadas” e “filhas de criação”, abordados no trabalho de Isabel Saraiva Silva (2024). Estavam ainda no comércio ambulante de rua e, em casos que a moral censitária da época sequer ousava registrar, em trabalhos sexualizados. O Estado não escrevia o nome do que isso realmente significava, ou seja, exploração infantil racializada.

O trabalho infantil como estrutura, não como exceção

Compreender a posição dessas meninas exige reconhecer que o trabalho infantil, junto a racialização, não eram acessórios da exploração que sofriam, mas fundamentos estruturais. Os anúncios domésticos publicados no *Jornal do Comércio* na década de 1920 revelam, com nitidez perturbadora, a hierarquia racial que organizava o mercado de trabalho em Manaus. A preferência declarada por “cozinheira portuguesa” ou “empregada estrangeira” (*Jornal do Comércio*, Manaus, 8 de fevereiro, 1924) era a expressão de uma gradação colonial que situava mulheres europeias no topo e mulheres indígenas, negras e mestiças na base de uma ordem produtiva, marcada pelos vestígios do Antigo Regime português. Em resumo, não era mera preferência pessoal dos anunciantes como atesta, inclusive, Maria Izilda de Matos (2014).

Como demonstrou António Manuel Hespanha (2010), as hierarquias sociais do Antigo Regime não eram percebidas como injustiças, mas como expressão da própria natureza. Mulheres, crianças, pobres e indígenas eram classificados juridicamente como seres de menor capacidade, o que legitimava sua subordinação. Essa lógica não desapareceu com a República. Ela se atualizou. Na Manaus dos anos 1920, o discurso higienista e civilizatório

reorganizava as antigas hierarquias em novas linguagens de “aptidão”, “limpeza” e “confiança”. Eram como categorias que recaiam positivamente sobre as estrangeiras brancas e excluía as meninas trabalhadoras das camadas populares locais, empurrando-as para as ocupações mais precárias e menos visíveis.

A historiadora Joana Monteleone (2019) demonstrou que profissões exercidas majoritariamente por mulheres pobres, negras ou racializadas, como a de lavadeira, eram essenciais para a reprodução da vida urbana e, simultaneamente, desvalorizadas e marcadas por estigmas morais. Esse paradoxo estruturava a existência das meninas trabalhadoras em Manaus. Elas sustentavam a cidade enquanto a cidade as negava. Tornavam-se, dessa forma, indispensáveis, mas invisíveis; necessárias, mas suspeitas.

Domingas e a engrenagem silenciosa do trabalho infantil

A personagem Domingas, do romance *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum, oferece uma síntese literária de um padrão histórico documentável e é um exemplo dessa questão. Entregue ainda menina pela Igreja a uma família libanesa, no início dos anos 1920, Domingas, uma índia batizada, de acordo com a obra, cresceu “nos fundos da casa”, sem perspectivas de ascensão, sem proteção legal e sem o reconhecimento de que seu trabalho sustentava cotidianamente aquela família. O romance narra:

Uma menina mirrada, que chegou com a cabeça cheia de piolhos e rezas cristãs’, lembrou Halim. ‘Andava descalça e tomava a bênção da gente. Parecia uma menina de boas maneiras e bom humor: nem melancólica, nem apresentada (HATOUM, 2000, p. 64-65).

A trajetória fictícia de Domingas corresponde a um padrão histórico de longo tempo. O historiador Miranda Braga (2016) demonstrou que, desde meados do século XIX, crianças indígenas eram retiradas de suas comunidades e levadas a Manaus, onde eram inseridas em instituições cujo funcionamento dependia do “reembolso compulsório” — expressão de Alba Pessoa (2010) — do próprio trabalho das internas. Para as meninas indígenas, a formação as destinava a funções domésticas nas casas da elite. O discurso oficial de proteção e educação encobria uma realidade de exploração na qual havia inclusive um mercado clandestino de menores indígenas vendidos para trabalho forçado.

Esse sistema de “adoção” forçada intensificou-se precisamente no período posterior ao declínio da borracha, quando a crise econômica aumentou a pressão sobre as famílias mais pobres e aprofundou a vulnerabilidade das crianças das camadas populares. Como

indicou Alba Pessoa (2010), o trabalho infantil era onipresente e diversificado na capital amazonense: meninas de até dez anos atuavam como empacotadoras em fábricas de cigarro e no beneficiamento de castanhas; outras trabalhavam como vendedoras ambulantes; e outras ainda eram inseridas precocemente no trabalho doméstico, categoricamente distinto, porém invisível e não remunerado.

Silvina e Maria de Nazareth: quando a fonte nomeia o que o silêncio preferia ocultar

O Jornal do Comércio, periódico de maior circulação em Manaus na década de 1920, registrava esporadicamente a existência dessas meninas, com o intuito de enquadrá-las moralmente. O caso de Silvina, menina indígena de treze anos, narrado em nota policial (*Jornal do Comércio*, Manaus, 25 de fevereiro, 1920), é exemplar. A nota informava que o chefe de polícia havia “apreendido” Silvina da casa de “Adauto de Tal”, onde ela fora encontrada “completamente esfarrapada e maltrapilha” e em estado de saúde precário, após ter “caído nas garras da prostituição”. O texto jornalístico enquadrava a intervenção policial como “louvável”, na medida em que visava ao “saneamento moral da cidade”.

A análise dessa fonte revela o que Michel Foucault (1987) identificou como poder disciplinar: o corpo de Silvina é regulado, vigiado e enquadrado para não ser protegido, mas principalmente para restaurar a ordem. O homem em cuja casa ela estava, quer foi identificado apenas como “Adauto de Tal”, com sobrenome, portanto, deliberadamente preservado, sequer é questionado pela narrativa. Toda a exposição, toda a suspeição e todo o peso moral do episódio são deslocados para a menina indígena. O silêncio sobre o explorador é tão eloquente quanto as palavras sobre a explorada.

Outro caso, registrado em 1927, narrava o assassinato de Maria de Nazareth (*Jornal do Comércio*, Manaus, 1º de fevereiro, 1927), “amazonense, cabocla, de quatorze anos de idade”, por seu marido, o catraieiro cearense de 28 anos. O jornal ressaltava que Maria havia se casado “no religioso” e tentara separar-se quando as desavenças tornaram a convivência insuportável. A nota classifica Maria apenas por sua condição conjugal, sua classificação racial e sua faixa etária; sem mencionar qualquer função econômica que ela porventura exercesse, embora a historiografia indique que mulheres das camadas populares estavam amplamente inseridas no mercado de trabalho informal. Como demonstrou Hespanha (2010), as sociedades hierárquicas definiam mulheres pela condição moral e familiar, não pela função econômica e a Manaus da década de 1920 não havia abandonado essa lógica.

A interseccionalidade como chave interpretativa

A experiência das meninas trabalhadoras subalternizadas em Manaus após as folias do látex não pode ser compreendida por meio de uma única categoria analítica. Gênero, raça, classe e idade não operavam de forma isolada, mas se sobrepunham e se intensificavam mutuamente, produzindo formas específicas de exploração que eram mais do que a soma de suas partes. É exatamente isso que o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), permite compreender.

Joan Scott (1995) demonstrou que o gênero é uma categoria de análise histórica que atravessa todas as relações sociais e não pode ser dissociada das demais hierarquias de poder. Quando se trata de meninas indígenas, negras ou caboclas na Manaus dos anos 1920, como já constatado, o gênero se combina com a raça para produzi-las como corpos disponíveis para o trabalho servil; com a classe para situá-las na base de uma pirâmide social em que não havia mobilidade; e com a idade para torná-las ainda mais vulneráveis. Aliás, a própria categoria jurídica de “menor”, como apontou Alba Pessoa (2010), era uma construção social que instrumentalizava as crianças, ao contrário do termo “criança”, usado de forma afetiva e protetiva apenas para os filhos das elites.

O resultado dessa sobreposição era o que pode ser chamado de base econômica escondido. Isso devido as meninas trabalhadoras de Manaus não figurarem nos registros formais do trabalho, além de não receberem salários regulamentados e não possuírem proteção jurídica efetiva. Mas, eram absolutamente indispensáveis ao funcionamento da cidade. Cozinhavam, lavavam, costuravam, cuidavam de crianças de outras famílias, vendiam quitutes nas ruas, trabalhavam nas fábricas de cigarro e nas oficinas de beneficiamento. Eram, a engrenagem informal que mantinha Manaus funcionando, especialmente depois da crise da borracha, quando a cidade reaprendeu a sobreviver sem preparação prévia.

Conclusão: nomear o que o silêncio guardou

A Manaus do pós-auge da borracha passou pela turbulência da crise da borracha, portanto, devendo muito às meninas trabalhadoras que atuavam em suas casas, suas ruas ou suas oficinas. Afinal, a sobrevivência também se deu por causa delas. A economia informal que sustentou a cidade nos anos de declínio foi construída, em sua maior parte, sobre corpos infantis e femininos que a sociedade da época preferia não ver. Ou, quando via, preferia enquadrar como problema de ordem pública, e não como realidade de exploração estrutural.

Recuperar essa história é um imperativo ético e histórico. As fontes que registraram Silvina, Maria de Nazareth, e as milhares de “Domingas da vida”, contabilizadas na vaga categoria censitária de “profissão não declarada” não as protegeram em vida. Mas nos permitem, hoje, nomeá-las como trabalhadoras e também racializadas e exploradas. E, a despeito de tudo, agentes de uma sobrevivência coletiva que a cidade nunca lhes reconheceu.

A análise interseccional que articula gênero, raça, classe e faixa etária, fundada nos referenciais de Crenshaw, Scott, Spivak, Hespanha, Chalhoub, Pessoa e nos estudos amazônicos de Edineia Dias, Luís Balkar Pinheiro, Maria Luiza Ugarte e Alba Pessoa, revela que o apagamento dessas meninas da narrativa histórica foi o resultado de escolhas discursivas, censitárias, jornalísticas e jurídicas que as tornaram invisíveis precisamente porque sua visibilidade colocaria em xeque a ordem social que as explorava. Escrever sua história é, portanto, um ato de resistência historiográfica.

Referências

BRAGA, Miranda. **Os menores indígenas em Manaus (1850-1920)**. In: Estudos Amazônicos. Manaus: EDUA, 2016. p. 282-298.

BRAGA, Jose Meiry. **Mulheres indígenas e domesticidade em Manaus**. Manaus: EDUA, 2019.

BRASIL. Decreto n.º 181, de 24 de janeiro de 1890. Promulga a Lei do Casamento Civil. Rio de Janeiro: Governo Federal, 1890.

CENSO GERAL DO BRASIL, 1920. Recenseamento Geral do Brasil. Quadro “Profissões (por Estado)”. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1920.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Unicamp, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920**. Manaus: Valer, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HATOUM, Milton. **Dois Irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HESAPANHA, António Manuel. **Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime**. São Paulo: Annablume, 2010.

Jornal do Comércio. Manaus, 8 fev. 1923; 8 fev. 1924; 24 fev. 1923; 25 fev. 1920; 1. fev. 1927; 8 fev. 1930. [Periódico].

MATOS, Maria Izilda. **Cotidiano e Cultura:** história, cidade e trabalho. Bauru: EDUSC, 2014.

MONTELEONE, Joana. **O Corpo do Trabalho:** lavadeiras, costureiras e domésticas no Rio de Janeiro (1850-1920). São Paulo: Editora Senac, 2019.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967:** a cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História.** Bauru: EDUSC, 2005.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância, trabalho e educação:** a história das crianças trabalhadoras em Manaus (1890-1945). Manaus: EDUA, 2010.

_____. **Os mundos do trabalho das crianças em Manaus (1890-1945).** Manaus: EDUA, 2018.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Trabalhadores urbanos e cotidiano em Manaus.** Manaus: EDUA, 2017.

PORTO, Valdirene. **Imprensa e moralidade:** a construção da mulher popular no Jornal do Comércio de Manaus (1890-1920). Manaus: UFAM, 2016.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade,** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Isabel Saraiva. **Trabalho doméstico e violência contra as mulheres em Manaus (1922-1972).** Manaus: UFAM, 2016. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Isabel Saraiva. **Trabalho doméstico e relações de gênero em Manaus no século XX.** Manaus: UFAM, 2024. (Tese de Doutorado).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UGARTE PINHEIRO, Maria Luiza. **Nos Meandros das Águas:** cultura e cotidiano ribeirinho no baixo Amazonas (1850-1950). Manaus: EDUA, 2014.